

Quem disse ?

«Nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo, há 43 milhões de pobres. Que significado tem um alto rendimento *per capita* coabitando com um exército de analfabetos, desempregados e famintos?»

Almeida Santos
Visão, 9 de Novembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1085 • 16 NOVEMBRO 2000 • SEMANAL • 100S • 0,5€

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Jorge Sampaio e os desafios do futuro

É preciso combinar modernidade e tradição

O Presidente da República usou sábado o exemplo da Feira Nacional do Cavalo, na Golegã, para realçar a combinação entre a modernidade e a tradição como forma de se vencerem os desafios, em contraponto com a «saude triste». Falando na inauguração da sede da Associação Nacional de Turismo Equestre, que decorreu depois de ter presidido, no Largo do Arneiro, a uma cerimónia de entrega simbólica de prémios a participantes no desfile de amazonas e cavaleiros, Jorge Sampaio destacou a Golegã como exemplo de como se pode, «nestes tempos exigentes, relacionar a tradição, aquilo em que fizemos história, com a necessidade de maior competitividade, de marcação de terreno».

Sublinhando que não foi por acaso que visitou no sábado a Feira de São Martinho/XXV Feira Nacional do Cavalo, o Presidente da República defendeu «a modernização do que temos, juntando a isso as tradições fortes de um concelho, de uma região».

Neste caso, segundo o chefe de Estado, a Golegã conseguiu aliar a defesa e promoção do cavalo lusitano, projectando-se internacionalmente e dando notoriedade ao concelho e à região, o que considerou «uma síntese que deve ser realçada».

Por seu turno, o Presidente da Câmara Municipal da Golegã, José Veiga Maltez, do Partido Socialista, sublinhou que o que acontece ao longo daquela feira não é uma mera recreação folclórica, mas sim um espectáculo enraizado. Veiga Maltez afirmou que, desde que tomou posse, há três anos, tem insistido no convite ao chefe de Estado, que é presidente de Honra da Comissão da Feira Nacional do Cavalo. Assim, adiantou, Jorge Sampaio poderá verificar a mudança que o concelho sofreu, depois de um período de declínio resultante da anterior gestão comunista. Como sublinhou o autarca, a Golegã é hoje «motivo de grande orgulho», sendo agora «o maior interposto do cavalo lusitano a nível nacional e internacional».

Bruxelas só agora decreta medidas já aplicadas no País

PORTUGAL ESTÁ NA VANGUARDA DO COMBATE ÀS VACAS LOUCAS



O Governo aplaudiu as medidas anunciadas pela Comissão Europeia para o combate à encefalopatia espongiforme bovina, mais conhecida por BSE. Mas o Executivo de António Guterres tem razões para também lamentar que essa decisão tenha demorado tanto tempo a concretizar-se, porque as medidas recomendadas por Bruxelas já estão a ser aplicadas em Portugal. O primeiro-ministro, no final de uma audiência com o Presidente da República, evidenciou o pioneirismo nacional neste matéria. O ministro da Agricultura especificou depois que a interdição da circulação de farinhas de carne e ossos já está proibida no país há dois anos. O mesmo acontece com os testes em bovinos adultos, já tendo sido realizadas análises experimentais. Mas Capoulas Santos condenou quem tente provocar injustificados alarmismos com o consumo de carne e desmontou a demagogia de Paulo Portas.

Política

Guterres preside a Conselho da organização em Maputo Internacional Socialista quer paz no Médio Oriente e em África



A Internacional Socialista está disposta a colaborar com o máximo das suas possibilidades para voltar a aproximar o primeiro-ministro de Israel e o líder da Autoridade Palestiniana. «É preciso que Barak e Arafat restabeleçam a sua relação de confiança», afirmou o camarada António Guterres no final de dois dias de reuniões do Conselho da Internacional Socialista.

Semana

Saleiro ilibado



A Procuradoria-Geral da República decidiu arquivar o inquérito de investigação da «eventual participação criminosa» do deputado da bancada do PS António Saleiro em «negócios» que teriam como suporte um grupo de individualidades ou empresas de origem macaense ou chinesa.



Governo na vanguarda do combate à BSE

Portugal «deve ser o país que, no quadro da União Europeia, tem uma acção mais eficaz e mais completa em matéria de combate à BSE», pelo que não há qualquer razão para falsos alarmismos relativamente ao consumo de carne.

As medidas agora anunciadas pela Comissão Europeia apenas pecam por tardias, pois há mais de dois anos que já estão em vigor em Portugal. Disto mesmo deu conta, esta semana, Capoulas Santos, ministro da Agricultura, ao afirmar que Bruxelas demorou demasiado tempo a tomar a decisão de proibir a circulação de farinha de carne e ossos, bem como em exigir análises em bovinos adultos para a detecção da BSE.

Para o ministro da Agricultura, o Governo português tem razões para aplaudir as decisões da Comissão Europeia, embora medidas como a interdição das farinhas de carne e ossos em toda a cadeia alimentar animal estejam já a ser aplicadas em Portugal «há dois anos».

Um outro exemplo do pioneirismo português nesta matéria, prende-se com a exigência de identificação do animal em cada elemento de carne. Medida esta que começará a ser aplicada já em 2001, mas que na União Europeia apenas entrará em vigor em 2002.

Todas estas medidas preventivas da transmissão da BSE têm exigido um elevado esforço económico e de empenhamento do Estado e dos serviços, pois este tipo de restrições prejudica a competitividade dos produtores.

O controle imposto permite, segundo Capoulas Santos, evitar qualquer alarmismo pois nos últimos dois anos, em centenas de análises, apenas foram detectados no País cinco casos positivos e em nenhuma fábrica portuguesa foi detectado algum caso positivo. Razão pela qual não há qualquer motivo para haver alarmismos populistas no que respeita à segurança no consumo de carne de vaca.

Só com uma política séria e responsável como a que o Governo tem implementado nesta matéria se pode considerar que Portugal é, actualmente, o país mais seguro da União Europeia para se comer carne de vaca.



SÓ O SOCIALISMO PODE SALVAR O PAÍS

«Só o socialismo democrático pode salvar o País do atoleiro para que a AD (PSD, CDS, monárquicos e dissidentes do PS-ala direita) o empurra», afirmava o secretário-geral do PS, Mário Soares, em mensagem às Mulheres Socialistas reunidas em Setúbal, num encontro nacional subordinado ao tema «A Mulher e as Auaatrquias».

O «AS» publicava na íntegra a mensagem do líder do PS na página 5 da edição de 11 de Novembro de 1982, com chamada de primeira página.

Num suplemento internacional podiam ler-se interessantes artigos de opinião e reportagens sobre, por exemplo, a situação na URSS, na Argentina, então governada por uma das mais tenebrosas ditaduras da América Latina, e ainda sobre «the new right» ou os intelectuais de Reagan.

Na primeira página, lia-se que nos últimos dias tinha-se registado uma entrada maciça de adesões de novos militantes ao Partido Socialista e na página 14 vinham as conclusões de um encontro de trabalhadores socialistas da EDP, em que eram repudiados todos os ataques às empresas públicas e nacionalizadas, no âmbito de uma cruzada da direita contra o sector público empresarial do Estado.

J. C. CASTELO BRANCO

11 de Novembro

Quem disse?

«A RTP é hoje cada vez menos uma televisão europeia e cada vez mais uma televisão latino-americana»

José Niza



Amadora Anunciada extensão do metro

O primeiro-ministro, António Guterres, anunciou, no dia 14, na Amadora, a extensão do metropolitano a esta cidade, apostando na «qualificação» de um concelho que «foi perdendo terreno em relação aos outros» da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

«O concelho da Amadora tem vindo a perder terreno em relação aos outros da Área Metropolitana de Lisboa, e, quer pela sua proximidade a Lisboa, quer pela sua grande importância, é preciso qualificá-lo para não ser um parente pobre da AML, mas ser um concelho estratégico», disse António Guterres, no discurso de apresentação da extensão do metropolitano à cidade da Amadora.

O presidente da autarquia, Joaquim Raposo, agradeceu a presença do primeiro-ministro, que não estava prevista, e o facto de ter sido este a apresentar a «revolução metropolitana» em vez do ministro Jorge Coelho, que também esteve presente.



«A cidade ficará mais integrada na Área Metropolitana de Lisboa a que pertence por direito próprio», disse Joaquim Raposo, que pediu para ser considerada a possibilidade do prolongamento da linha do metro até ao Hospital Fernando Fonseca (Amadora-Sintra) e à Estação de comboios de Queluz, «criando-se assim uma plataforma para os concelhos de Oeiras e Sintra».

Desemprego Outubro regista queda no número de inscritos

O número de inscritos nos centros de emprego caiu 5,6 por cento para 323.457 pessoas, em Outubro e face a igual mês do ano passado.

Este é o quadragésimo sétimo mês consecutivo em que se regista uma redução homóloga no número de inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O número de inscritos nos centros de emprego aumentou 2,1 por cento em Outubro, face a Setembro.

Este aumento é explicado pela inscrição de professores que não foram colocados. O número de inscritos licenciados com menos de 25 anos de idade caiu 12,5 por cento, em Outubro e face a igual período do ano passado.

Função pública Salário mínimo no Estado passa para 69 contos

A proposta governamental de aumento do salário mínimo da função pública é de 4,5 por cento, elevando-o de 66 para 69 contos, um crescimento superior ao de 3 por cento mais compensação para a tabela geral.

A informação foi dada à Imprensa por fonte da Secretaria de Estado da Administração Pública, que explicou que actualmente o índice 100 da escala da função pública

corresponde a um valor de 58.383 escudos, tendo a proposta genérica do Governo aumentado aquele montante para 60.252 escudos em 2001.

No entanto, e segundo a mesma fonte, o salário mais baixo praticado no sector equivale ao índice 113 - 66 mil escudos. Com um «aumento mínimo» de três mil escudos, subirá para 69 mil escudos, ou seja, 4,5 por cento.

Saleiro ilibado

A Procuradoria-Geral da República decidiu arquivar o inquérito de investigação da «eventual participação criminosa» do deputado da bancada do PS António Saleiro em «negócios» que teriam como suporte um grupo de individualidades ou empresas de origem macaense ou chinesa.

Recorde-se que António Saleiro foi alvo de um inquérito que teve por base uma notícia vinda no jornal «Público» de Outubro de 1997. Como a notícia do «Público» era «susceptível de iniciar a prática de um crime de fraude fiscal» pelo então

governador civil de Beja, a Procuradoria-Geral abriu um inquérito que veio agora a provar-se não ter qualquer razão de ser, já que «resumida a notícia, com facilidade se conclui que a matéria em causa não colide com interesses fiscais, nem demonstrou inequivocamente comportamentos lesivos para a Fazenda Pública».

Do inquérito efectuado pela Polícia Judiciária, e «apesar da boa investigação, não foi possível estabelecer-se um paralelo entre o património do arguido e qualquer dos autos desenvolvidos».

PORTUGAL ESTÁ NA VANGUARDA DO COMBATE ÀS VACAS LOUCAS

O Governo aplaudiu as medidas anunciadas pela Comissão Europeia para o combate à encefalopatia espongiforme bovina, mais conhecida por BSE. Mas o Executivo de António Guterres tem razões para também lamentar que essa decisão tenha demorado tanto tempo a concretizar-se, porque as medidas recomendadas por Bruxelas já estão a ser aplicadas em Portugal. O primeiro-ministro, no final de uma audiência com o Presidente da República, evidenciou o pioneirismo nacional neste matéria. O ministro da Agricultura especificou depois que a interdição da circulação de farinhas de carne e ossos já está proibida no país há dois anos. O mesmo acontece com os testes em bovinos adultos, já tendo sido realizadas análises experimentais. Mas Capoulas Santos condenou quem tente provocar injustificados alarmismos com o consumo de carne e desmontou a demagogia de Paulo Portas.

O primeiro-ministro afirmou na segunda-feira que Portugal «deve ser o país que, no quadro da União Europeia, tem uma acção mais eficaz e mais completa em matéria de combate à BSE». António Guterres comentava então a decisão da Comissão Europeia de tornar obrigatória a realização de testes de detecção de encefalopatia espongiforme bovina (BSE) em todos os animais bovinos acima de determinada idade. Falando no final da audiência com o Presidente da República, com quem esteve a preparar a participação portuguesa na Cimeira Ibero-Americana, que se realiza no próximo fim-de-semana, no Panamá, António Guterres informou ainda Jorge Sampaio sobre um diploma já aprovado na generalidade em Conselho de Ministros para reforçar os «direitos e garantias dos contribuintes». Passar os tribunais tributários «para a órbita» do Ministério da Justiça e para o Parlamento a nomeação do Defensor do Contribuinte (substituindo o Governo) foram duas medidas apontadas pelo primeiro-ministro. No mesmo sentido que António Guterres, se pronunciou o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, sobre as recentes decisões tomadas pela Comissão Europeia. Falando no final de uma reunião em sede de comissão parlamentar, destinada a abordar o Orçamento de Estado de 2001, o membro do Governo lamentou que Bruxelas tenha demorado na decisão de proibir a circulação de farinha de carne e ossos, bem como em exigir



análises em bovinos adultos para a detecção da BSE. De acordo com Capoulas Santos, o Governo tem razões para aplaudir as decisões da Comissão Europeia, embora medidas como a interdição das farinhas de carne e ossos em toda a cadeia alimentar animal estejam já a ser aplicadas em Portugal «há dois anos». Depois de frisar que este tipo de restrições prejudica a competitividade dos produtores e obriga a um elevado esforço financeiro do Estado, o titular da pasta da Agricultura lembrou que, nos últimos dois anos, em centenas de análises, apenas foram detectados no país cinco casos positivos. Por outro lado, em nenhuma fábrica portuguesa foi detectado algum caso positivo, acrescentou Capoulas Santos, para quem não há qualquer razão para haver alarmismo em Portugal no que respeita à segurança no consumo de carne de vaca.

Injustificado qualquer alarmismo

O ministro da Agricultura referiu também que o País está a ser pioneiro na exigência de identificação do animal em cada elemento de carne. Embora a Comissão Europeia apenas tencione impor a obrigatoriedade desta medida em 2002, o

qualquer embargo à importação de carne francesa, apenas tendo decidido suspender «as importações de animais com mais de dois anos. Nenhum país da União Europeia, até agora, proibiu as importações de carne francesa. E Portugal não tomará qualquer decisão unilateral nesse sentido», respondeu.

Recusa de acções unilaterais

Ou seja, de acordo com Capoulas Santos, Portugal apenas optará pelo embargo à carne francesa se essa medida corresponder à decisão do Comité dos Veterinários da União Europeia e se for assumida igualmente por todos os Estados-membros. «Não há qualquer razão para Portugal tomar medidas de excepção», acentuou o membro do Governo e dirigente do Partido Socialista.

Nas suas declarações proferidas na Assembleia da República, o ministro da Agricultura também procurou combater qualquer ambiente de injustificado alarmismo em torno do consumo de carne de vaca. Referiu que apenas 12 comunas das 36 mil existentes em França decidiram retirar a carne de vaca das ementas em cantinas escolares – uma proibição que mereceu o desacordo do governante português. «Se houvesse uma situação de perigo, não seria apenas aconselhável retirar a carne de vaca das ementas das crianças, mas também da alimentação dos adolescentes e dos adultos», comentou. Mesmo assim, Capoulas Santos afirmou que é «mais seguro consumir carne portuguesa do que a que vem de outros lados», voltando a insistir que o embargo decretado a Portugal «foi injusto e desproporcionado».

O ministro da Agricultura criticou ainda o comportamento que tem sido seguido pelo bastonário da Ordem dos Veterinários, que faz declarações alarmistas invariavelmente antes de cada inspeção da União Europeia em Portugal. Capoulas Santos relacionou esta conduta do bastonário da Ordem dos Veterinários com a criação pelo Governo da agência para a qualidade alimentar e que passou a introduzir novos critérios de moralidade no exercício desta profissão.

«Com a agência para a qualidade alimentar não é mais possível que o mesmo veterinário preste assistência numa propriedade e seja também ele que faça a inspeção sanitária», declarou o titular da pasta da Agricultura. De acordo com Capoulas Santos, lamentavelmente, antes de qualquer missão de inspetores comunitários, o bastonário da Ordem dos Veterinários lança-se sempre em campanhas falsas contra os produtores de carne de vaca e contra o Governo.

MAPUTO

Guterres preside a Conselho da organização

INTERNACIONAL SOCIALISTA QUER PAZ NO MÉDIO ORIENTE E EM ÁFRICA

A Internacional Socialista está disposta a colaborar com o máximo das suas possibilidades para voltar a aproximar o primeiro-ministro de Israel e o líder da Autoridade Palestiniana. «É preciso que Barak e Arafat restabeleçam a sua relação de confiança», afirmou o camarada António Guterres no final de dois dias de reuniões do Conselho da Internacional Socialista. Também de acordo com o primeiro-ministro, os socialistas também não aceitam o pessimismo que o continente africano esteja condenado à pobreza, às guerras e às violações dos Direitos Humanos. O presidente da Internacional Socialista aproveitou para saudar a República Popular de Angola pela passagem do 25.º aniversário da sua independência, tendo manifestado a esperança que a amnistia recentemente decretada possa servir para pacificar o país, que, desde que nasceu, tem sido flagelado por guerras. Na mesma reunião, foi ainda lançado um apelo para o reforço da democracia no Zimbabwe.

O presidente da Internacional Socialista, camarada António Guterres, manifestou sábado, na capital moçambicana, o interesse da organização em ajudar a resolver o conflito no Médio Oriente e convidou os líderes israelita e palestino, respectivamente, Ehud Barak e Yasser Arafat, a participar na próxima reunião do Presidium. António Guterres falava em Maputo, no final de dois dias de reunião do Conselho da Internacional Socialista, acompanhado do chefe de Estado de Moçambique, Joaquim Chissano, e de outros líderes da organização, como o secretário-geral Luís Ayala e o primeiro-ministro de Marrocos.

Na conferência de Imprensa final, o primeiro-ministro português referiu ter mantido contactos pessoais com os dois líderes, Ehud Barak e Yasser Arafat, «homens fundamentais e únicos que podem garantir a paz no Médio Oriente. Há duas questões essenciais para que a paz seja possível. Travar a escalada de ódio entre os dois povos e restabelecer a relação de confiança entre os dois líderes. Nesse sentido, trabalharemos», acentuou António Guterres.

A reunião, que teve representantes de mais de uma centena de partidos, aprovou o documento «Plataforma para o progresso», um conjunto de linhas programáticas para o futuro que marcam «um novo estilo», a partir de 2001, em que a organização celebra 50 anos. Na ocasião, haverá um



debate aprofundado sobre o papel da Internacional Socialista na próxima década, tendo em conta as mudanças internacionais operadas. Na reunião na capital moçambicana, a Internacional Socialista aprovou linhas de força para um «não» ao «afro-pessimismo». «Não acreditamos que a África esteja condenada à pobreza, à guerra ou à violação dos direitos humanos. Entendemos, pelos contrários, que a África merece e tem capacidade para conseguir a paz, a democracia e o desenvolvimento», referiu o secretário-geral do Partido Socialista.

Desejo de paz em Angola

António Guterres reconheceu a existência de uma ordem internacional injusta de que a África é a principal vítima, dizendo, a este propósito: «a Internacional Socialista lança um alarme à comunidade internacional no sentido de mudar regras essenciais no plano político, financeiro e cultural, para que a África tenha um verdadeiro desenvolvimento». O presidente da Internacional Socialista acrescentou também que a organização a que preside defende a resolução definitiva do problema da dívida, a abertura unilateral dos mercados dos países desenvolvidos aos países mais pobres, nomeadamente africanos.

O chefe do Governo considerou «indispensável aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento» e disse ser «necessário garantir que as instituições financeiras internacionais tenham critérios que tenham

em conta as necessidades económicas e sociais dos povos africanos. O mundo tem o dever de pôr todo o seu potencial científico e tecnológico ao serviço de África no combate às doenças infecto-contagiosas, como a malária, a tuberculose e a sida», disse António Guterres, alertando para uma nova revolução mundial ligada às novas tecnologias.

A reunião do Conselho da Internacional Socialista aprovou também um resolução relativamente a Angola, congratulando-se com o 25.º aniversário da sua independência e com o anúncio de uma amnistia. António Guterres afirmou que a Internacional Socialista espera que a amnistia possa ter um resultado positivo na solução do problema de Angola, apelando a todos os angolanos «para se integrarem num processo de paz e democracia, no contexto das instituições democráticas». Nas palavras do responsável máximo da Internacional Socialista, o partido do Governo de Angola – o MPLA – passou de membro observador para membro consultivo, mas ainda não de pleno direito. Este último estatuto, tal como possui o partido que se encontra no poder em Moçambique, só poderá ser apreciado em congresso.

Apelo à democracia no Zimbabwe

Na reunião do Conselho da Internacional Socialista que se realizou em Maputo, foi ainda lançado um apelo no sentido de que todos os esforços de reunião para o reforço da democracia no Zimbabwe. Explicou-se

depois que a sugestão de inscrever no documento final da reunião o apoio ao MDC (na oposição ao Zimbabwe) não era possível, pois prende-se com o critério geral de não apoiar explicitamente os partidos que não integram a Internacional Socialista.

«Para pertencer à Internacional Socialista há um longo caminho a percorrer. Nós não temos nenhuma visão oportunista de correr atrás de qualquer força política em qualquer parte do mundo, mas o que importa são os valores e princípios de democracia», disse António Guterres. «Desejamos que sejam apoiados todos os que lutam pela democracia ou ajudem a construir a democracia no Zimbabwe», acentuou ainda o secretário-geral do Partido Socialista.

António Guterres apelou ainda a todos os membros da Internacional Socialista para que contribuam para o desenvolvimento das acções contempladas no documento «Plataforma para o Progresso» e exerçam a sua influência junto dos governos para agir, em conjunto com as organizações internacionais, no sentido do reforço das Nações Unidas, para que possa ser possível a prevenção dos conflitos. O presidente da Internacional Socialista reafirmou igualmente a necessidade de ser criada uma força multinacional de paz, com carácter permanente, e no reforço das organizações regionais. Estas organizações, segundo António Guterres, deverão funcionar articuladas com as Nações Unidas, podendo desenvolver um papel importante na resolução de conflitos.

RAVEL: LIGAÇÕES A ALTA VELOCIDADE

O Executivo socialista decidiu, na passada quinta-feira, dia 9, criar a sociedade Ravel – Rede de Alta Velocidade, para promover e coordenar os trabalhos preparatórios da construção da rede de comboios deste tipo com ligação a Espanha, anunciou o ministro Jorge Coelho.

«Até ao terceiro trimestre do próximo ano será lançado o concurso internacional e até ao fim de 2002 serão elaborados todos os estudos para o projecto poder arrancar em 2003», afirmou o ministro de Estado e do Equipamento Social.

«O projecto, estimado em 500 milhões de contos, estará concluído em 2009 e envolve ligações Lisboa/Porto em menos de uma hora e meia de Lisboa e do Porto a Madrid em três horas», adiantou.

Entre os seus objectivos figura ainda o de levar a nova rede «desde o Porto até ao Norte de Espanha para que o desenvolvimento do noroeste peninsular se faça com um polo sediado no Porto», sendo também intenção do Governo alargá-lo à península de Setúbal.

O projecto deverá estar concluído no final de 2009, a fim de estar pronto ao mesmo tempo do que o novo aeroporto internacional de Lisboa, que vai ser construído na Ota e com o qual tem interligações.

Dos 500 milhões de contos de investimentos previstos, 100 milhões serão provenientes do terceiro Quadro Comunitário de Apoio e estão previstos financiamentos públicos e privados, estando o Governo, em articulação com o Executivo espanhol, a procurar outras formas de financiamento a nível da UE.



A obra envolve a construção das ligações Lisboa/Porto, de Lisboa e do Porto a Madrid em «alta velocidade», e Lisboa/península de Setúbal e Porto/norte de Espanha em «grande velocidade», explicou ainda Jorge Coelho, frisando a diferença entre a «grande» e a «alta» velocidade. A criação da Ravel foi decidida a partir dos estudos e informações recolhidas quer pelo grupo de trabalho para a alta velocidade, criado em Maio de 1999, quer pela comissão mista criada na Cimeira Luso-Espanhola, realizada em Salamanca

em Janeiro último.

Depois disso, houve já reuniões entre Jorge Coelho e o seu homólogo espanhol, tendo já sido acordada a constituição de um «agrupamento europeu de interesse económico Portugal/Espanha» para levar a cabo todos os estudos necessários à concretização deste projecto, explicou. Para presidente da Ravel foi já convidado Manuel Moura, antigo membro do Governo na área dos transportes que ultimamente trabalhou na travessia ferroviária da ponte 25 de Abril, tendo sido ainda criado para a empresa um Conselho Consultivo, cujo presidente é António Machado Rodrigues, actualmente vereador do município de Lisboa.

Na sua exposição, Jorge Coelho lembrou que este não é o único projecto ferroviário em curso, uma vez que na área das mercadorias já está lançado o plano da ligação Sines/Europa, também em bitola europeia, «cujo desenvolvimento está neste momento a ser estudado e que passará mais a sul», explicou ainda o ministro. Actualmente «está em curso um volume de obras sem precedentes em Portugal», observou também Jorge Coelho, lembrando, a propósito, que no próximo ano vão ficar concluídas e abrir ao tráfego as auto-estradas do Algarve até Castro Verde e Ourique, de Coimbra à Figueira da Foz, e de Caldas da Rainha a Leiria e a Santarém.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 9 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que cria a sociedade Ravel – Rede de Alta Velocidade, SA, e aprova os respectivos estatutos;
- Um decreto-lei que estabelece as regras gerais de aplicação do Plano de Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por Ruris;
- Um decreto-lei que estabelece o novo sistema de incentivos do Estado da Comunicação Social;
- Um decreto-lei que institui um novo regime jurídico relativo à designação e à qualificação profissional dos conselheiros de segurança para o transporte de mercadorias perigosas por estrada, caminho-de-ferro ou via navegável;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Externas do Ministério do Equipamento Social;
- Um decreto-lei que estabelece as disposições aplicáveis à constituição e à manutenção das reservas de segurança em território nacional de produtos de petróleo, transpondo para o direito interno a respectiva directiva comunitária;
- Um decreto-lei que altera os anexos II e III do decreto-lei n.º 359/98, de 18 de Novembro, transpondo a legislação europeia relativa a um segundo sistema geral de reconhecimento das formações profissionais;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil destinada a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e protocolo anexo, assinado em Bruxelas em 16 de Maio de 2000;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o IV Protocolo Adicional à convenção sobre a proibição ou limitação do uso de certas armas convencionais que podem ser consideradas como produzindo efeitos traumáticos excessivos ou ferindo indiscriminadamente, adoptado pela Conferência dos Estados Parte de Viena em 13 de Outubro de 1995;
- Um decreto que aprova o acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cobrança de Alimentos, assinado em Lisboa, em 30 de Maio de 2000;
- Uma resolução que ratifica as medidas preventivas para a área do concelho da Maia, compreendida entre a linha de caminho de ferro do Minho, a nascente, a Via Diagonal, a sul, a Auto-Estrada Porto-Braga, a poente, e o limite do concelho, a norte, a abranger pela revisão do Plano Director Municipal da Maia e pelo Plano de Urbanização da zona Industrial Maia II;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao Plano Director Municipal de Tarouca;
- Uma resolução que nomeia Rui Pedro de Sousa Barreiro gestor do Plano de Desenvolvimento Rural (Ruris) e cria a respectiva estrutura de apoio técnico;
- Uma resolução que nomeia um novo coordenador regional de Lisboa e Vale do Tejo, da intervenção operacional de acessibilidades e transportes regionalmente desconcentrada;
- Uma e resolução que nomeia Alzira da Encarnação das Neves Cabrita para o cargo de vogal do conselho directivo da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD);
- Uma resolução que exonera o presidente e um vogal do conselho de administração do IAPMEI, nomeando Rui Manuel do Vale Jordão para presidente e Manuel Roque da Torre Martins, José Fernando Ramos de Figueiredo e Rui da Silva Rodrigues para vogais do conselho de administração daquele instituto.

ALIAR COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 9, um decreto-lei que estabelece as regras gerais de aplicação do Plano de Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por Ruris.

Este diploma define as diferentes intervenções que integram o Ruris para o período de 2000 a 2006, estabelece a forma das ajudas, bem como as regras relativas à sua concessão e prevê ainda a estrutura orgânica responsável pela gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução deste Plano.

O Ruris irá contribuir de forma geral para a promoção de uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural sustentável através de um vasto conjunto de medidas que incidirão essencialmente

no apoio a práticas agrícolas que concorram para a protecção do ambiente, às agriculturas mais fragilizadas das regiões desfavorecidas mediante indemnizações compensatórias aos agricultores dessas regiões, à florestação de terras agrícolas e ainda a estimular a reforma antecipada dos agricultores que pretendam fazê-lo como forma de propiciar a libertação de terras para instalação de jovens agricultores.

Este programa disporá para o período 2000/2006 de 396 milhões de contos, com uma comparticipação de 75 por cento da União Europeia.

Trata-se de um programa financiado pelo FEOGA-Garantia, exterior portanto ao terceiro Quadro Comunitário de Apoio.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna defendeu, no dia 9, no Funchal, que Portugal, devido à sua história de emigração, deve ser «particularmente sensível» e «capaz de integrar aqueles que procuram realizar-se no seu território».



Carlos Zorrinho falava na sessão de abertura de um seminário internacional organizado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que reuniu oficiais de ligação de imigração de várias países, sobretudo dos Estados-membros da União Europeia.

Segundo o governante, a política de imigração constitui hoje uma prioridade para os países desenvolvidos, destacando o caminho que vem sendo progressivamente percorrido em termos de adoptar uma «visão global e estrutural da migração».

Para Zorrinho, esta problemática implica uma actuação de «forma integrada e transnacional, envolvendo os países de destino, trânsito e origem em diversas frentes, regulando e disciplinando os fluxos migratórios legais, instituindo um controlo de fronteiras mais rigoroso e articulado, promovendo o desenvolvimento de países de proveniência e pugnando pela integração plena dos emigrantes».

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, afirmou, no dia 11, em Borba, que no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) vão estar disponíveis 6 milhões de contos por ano, até 2006, para a reestruturação da vinha.

Capoulas Santos, que falava na abertura do quarto Encontro da Agricultura Familiar Alentejana, integrado na nona edição da Festa da Vinha e do Vinho iniciada segunda-feira, acrescentou que este Plano de Reestruturação da Vinha, no âmbito do apoio à viticultura, permitirá subsídios a fundo perdido de 75 por cento.

A acrescentou que «no sector do vinho Portugal pode competir em qualquer parte do mundo».

Referindo-se às novas medidas do

Governo na área da Segurança Social, Capoulas Santos considerou que elas vão permitir, a partir do próximo ano, uma redução de cerca de 6 por cento da taxa de contribuição dos agricultores no regime de independentes e que os pequenos agricultores podem beneficiar, nos próximos três anos, de uma redução de 50 por cento na sua contribuição para a Segurança Social.



O titular da pasta da Agricultura considerou ainda que «pela primeira vez, a partir do próximo ano, os pequenos agricultores vão ter apoios que nunca tiveram antes», para pequenos investimentos de que devem apresentar projectos.

Capoulas Santos disse ainda que Portugal «é o único Estado membro da União Europeia que até 2006 pode continuar a apoiar o olival com subsídios».

AMBIENTE

O secretário de Estado do Ambiente, Rui Gonçalves, garantiu quinta-feira, no Porto, que não serão feitos mais transvases nos rios internacionais ibéricos além dos que já estão aprovados e em execução.



Rui Gonçalves falava aos jornalistas no final da sessão de abertura do segundo Congresso Ibérico sobre Planificação e Gestão da Água, e na sequência de uma intervenção do espanhol Pedro Arrojo, da

comissão organizadora do evento. Pedro Arrojo admitiu a possibilidade de se fazerem transvases nos rios Tejo e Douro, afirmando inclusivamente que o Governo espanhol está a «acelerar a aplicação do Plano Hidrológico» para que este entre em vigor antes da Directiva-Quadro da Água.

«Não se deve valorizar o que está para trás mas sim o que está para a frente: o compromisso de não se fazer mais nenhum transvase», disse o governante. Rui Gonçalves, referindo que Portugal «não tem de se pronunciar sobre o que as autoridades espanholas fazem dentro do seu território», frisou que o «Governo não aceita, não aceitará e não permitirá novos transvases».

CULTURA

O ministro da Cultura, José Sampaio, manifestou a «esperança» de que Jorge Sampaio participe na inauguração do Porto 2001, até porque «o clima político acalmará após o Natal».



«Como o Presidente da República disse numa entrevista publicada quarta-feira no "Diário de Notícias" que estaria disposto a rever a sua posição se a situação política se alterasse, tenho esperança de que isso possa acontecer e de que ele esteja presente», afirmou.

Na entrevista, Jorge Sampaio afirma que «teria de haver muita mudança para que as coisas se pudessem alterar».

«Acredito que o clima político acalmará depois do Natal, o que tornaria mais fácil a presença do PR», afirmou Sampaio, que falava, no dia 9, no Porto no final de uma cerimónia de assinatura de protocolos com sete autarquias do Norte e Centro no âmbito do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

O ministro não se mostrou grande adepto de uma eventual alteração da data de inauguração do Porto 2001, hipótese já rejeitada por Teresa Lago.

«Quando a programação começar, nunca mais pára, o que colocaria grandes problemas de agenda a uma eventual alteração de datas. E a pouco mais de dois meses da abertura, não sei se se haveria condições para isso», acrescentou.

DEFESA

O ministro da Defesa remeteu, segunda-feira, à Assembleia da República a responsabilidade pela concretização da política de reforço orçamental para as Forças Armadas.

«O que demonstra a inversão da tendência (de desinvestimento nas Forças Armadas) é a aprovação» pelos deputados da proposta de revisão da Lei de Programação Militar (LPM) que o Governo vai enviar ao Parlamento até ao fim do ano, sustentou Castro Caldas durante o debate na especialidade do orçamento para o sector da Defesa.

«Essa é a opção fundamental para ver se se modernizam as Forças Armadas», frisou Caldas, lembrando que a aprovação da LPM exige uma maioria de dois terços dos deputados.



A proposta, cujo valor global está ainda por determinar, vai estabelecer as prioridades no reequipamento das Forças Armadas para os próximos 30 anos e permitir saber quais os custos a pagar nesse período.

Quanto ao aumento de 7 por cento no orçamento da Defesa para 2001, Castro Caldas sublinhou que «prefigura a necessidade da inversão» – ao longo do próximo decénio – da tendência de desinvestimento verificada nos últimos anos.

EDUCAÇÃO

A secretária de Estado da Educação, Ana Benavente, participou, no dia 15, no auditório da Escola Básica Integrada Vasco da Gama (Parque Expo, em Lisboa), na sessão de lançamento do «Netdays 2000».

Esta iniciativa de âmbito europeu, cuja coordenação nacional é assegurada pelo Ministério da Educação, através do programa Nónio – Século XXI, decorrerá de 20 a 27 de Novembro.

Os «Netdays» são o maior acontecimento educacional e cultural envolvendo as tecnologias de informação e educação e têm como objectivo a promoção da utilização criativa e inovadora da Internet por pessoas de todas as idades e com diferente formação de base.

A nível nacional, estão já registadas mais de cem actividades pedagógicas

PELO PAÍS

Governança Aberta



promovidas por muitas escolas do 1º, 2º e 3º ciclos e ensino secundário, bem como por outros parceiros, entre os quais se destaca a Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação, o Centro de Informação Jacques Delors e o British Council.

EMPREGO E FORMAÇÃO

O trabalho infantil em Portugal tem vindo a diminuir no contexto das empresas, mas reveste-se agora de «características subterrâneas» difíceis de combater devido a razões socioculturais.



Esta ideia foi defendida, no dia 10, em Sesimbra pelo secretário de Estado do Emprego e da Formação, Paulo Pedroso, na sessão de abertura do Seminário «Metodologias para a Caracterização Estatística do Trabalho Infantil». Trata-se de um encontro internacional promovido pelo Sistema de Informação Estatística sobre o Trabalho Infantil (SIETI), e que reuniu cerca de duas dezenas e meia de participantes nacionais e estrangeiros provenientes de diversos países europeus. Na sessão de abertura, o secretário de Estado Paulo Pedroso defendeu que o trabalho infantil em Portugal se reveste de novas características e que, por isso, «já não se combate com a Inspeção de Trabalho, porque corresponde a trabalho feito em casa depois do horário escolar». «As famílias aceitaram que as crianças

devem ir à escola, mas não lhes reconhecem o direito a brincar depois da escola», reforçou.

EQUIPAMENTO SOCIAL

O ministro Jorge Coelho anunciou, no dia 10, que em 2003 será possível ir de comboio de Lisboa a Setúbal no espaço de uma hora através da ponte 25 de Abril. Jorge Coelho falava a uma centena de pessoas que assistiram ao início das escavações dos cerca de 700 metros do túnel da Penalva, uma das infra-estruturas necessárias à construção do eixo ferroviário Coima-Pinhal Novo.

«Estamos a fazer um investimento de 20 milhões de contos para permitir que no ano de 2003, um cidadão que queira embarcar num comboio de boa qualidade em Setúbal, numa hora esteja na gare do Oriente», disse Jorge Coelho. Na cerimónia que decorreu nos estaleiros da REFER, na Penalva, concelho do Barreiro, o ministro do Equipamento Social presidiu também à assinatura da consignação do Viaduto de Vale de Coima, uma obra que inclui a construção do Viaduto de Coima, com uma extensão de 475 metros, uma passagem superior e uma passagem inferior, num investimento global de 900 mil contos.



Jorge Coelho fez também questão de sublinhar outros investimentos em curso na região, designadamente a compra de novas embarcações para a travessia do Tejo entre o Barreiro e Lisboa.

JUSTIÇA

O secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça disse, sexta-feira, que o «forte investimento» que o Governo tem feito na área prisional nos últimos anos tem permitido reduzir significativamente a sobrelotação das cadeias.

«O investimento na área prisional passou de dois milhões de contos em 1995 para quase 13 milhões este ano, o que permitiu baixar a sobrelotação de quase 60 por cento para os cerca de 10 por cento actuais», acrescentou Eduardo Cabrita.

Segundo o governante, esta situação permitiu iniciar um tratamento prisional em função das características dos reclusos, como a separação dos

preventivos dos já condenados, dos primários em relação aos reincidentes e dos jovens perante os idosos.



Eduardo Cabrita salientou que o maior desafio dos estabelecimentos prisionais faculta ainda o tratamento à parte dos toxicodependentes e a criação nas cadeias de mulheres de espaços onde as crianças de tenra idade possam viver com as mães.

O secretário de Estado falava em Viana do Castelo, onde presidiu à assinatura de protocolos entre 19 instituições do concelho e o Instituto de Reinserção Social, no âmbito do programa Trabalho a Favor da Comunidade.

REFORMA DO ESTADO

O ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, mostrou-se esperançado, no dia 9, na possibilidade de um acordo com os sindicatos da função pública, a que apresentou sexta-feira uma proposta de aumentos.



«Vamos iniciar as negociações na perspectiva de conseguirmos um acordo com os sindicatos através do diálogo», disse Alberto Martins, que se escusou, no entanto, a revelar o conteúdo da proposta salarial já apresentada aos sindicatos.

Alberto Martins falava aos jornalistas, em

Setúbal, pouco depois de ter inaugurado o novo Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC), no edifício dos CTT da Moita, que referiu como um elemento novo, cuja exemplaridade e excelência o Governo pretende espalhar por todo o País.

A exemplo do que acontece com o PAC de Vila Franca de Xira, o primeiro a ser inaugurado, o Posto de Atendimento ao Cidadão da Moita disponibiliza algumas das valências das Lojas do Cidadão, que o Governo pretende instalar em todas as capitais de distrito.

SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, defendeu, quinta-feira, no Porto, que os projectos de reabilitação urbana devem ser acompanhados de medidas de reinserção social dos habitantes das zonas envolvidas.

Ferro Rodrigues falava durante a posse dos novos órgãos sociais da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, no âmbito da qual foi também efectuada a assinatura de um protocolo sobre os sem abrigo da cidade. Para Ferro Rodrigues, a recuperação das zonas históricas das cidades, normalmente zonas com populações carenciadas, só resultará se a reabilitação física dos edifícios e vias públicas for complementada com apoios cada vez maiores à reinserção social.



«Este tipo de projectos deve também promover a coesão social, através de um conjunto de medidas que promovam também a formação da cidadania e uma aproximação aos cidadãos e aos seus problemas», disse Ferro Rodrigues.

O protocolo assinado insere-se no quadro da luta contra a pobreza, que prevê um investimento na valorização do capital humano e procura promover um maior aproveitamento dos recursos e potencialidades locais.

O protocolo, ao qual se associou a autarquia e um conjunto de instituições particulares de solidariedade social, propõe-se intervir nas áreas da qualificação profissional e do emprego, animação e cidadania e acompanhamento social da reabilitação urbana.

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA OE 2001

PROPOSTA PROGRESSISTA E DE RIGOR NÃO AGRADA AOS DISCÍPULOS DO MONSTRO-PAI



«Dá-se com este Orçamento de Estado e esta reforma dos impostos sobre o rendimento, um novo passo importante no sentido da melhoria da eficácia do sistema tributário e da maior equidade fiscal. É pois uma reforma altamente positiva, séria e progressista, que marca de forma definitiva o OE 2001», afirmou no dia 7, na Assembleia da República, o camarada Joel Hasse Ferreira. Na intervenção que efectuou no Parlamento o deputado do PS focou os aspectos essenciais sobre o Orçamento de Estado e pronunciou-se sobre algumas circunstâncias políticas em que se desenrolou o debate sobre o OE 2001 que, recorde-se, foi rejeitado pela direita PSD e CDS e, pasme-se, pela esquerda PCP (tabu orçamental e luta fratricida entre ortodoxos e renovadores «oblige») e Bloco de Esquerda (esquerdismo e marxismo inconsequente «oblige»), numa santa aliança entre os dois extremos do hemiciclo de São Bento que o povo português não compreende.

O Mestre e o Monstro

Neste Orçamento, explicou, «o investimento público cresce de maneira muito significativa. O PIDDAC global ultrapassa os 1200 milhões de contos, incomparavelmente superior, mesmo descontando a inflação, por exemplo, ao ano de 1994, quando governava ainda o Mestre que criou e alimentou o Monstro». Quanto às transferências para as autarquias e as regiões autónomas, Joel Hasse Ferreira referiu que elas «têm um peso significativo neste Orçamento», sublinhando que «47 milhões de contos a mais é obra, ou

seja, dará para muito investimento e para a melhoria da qualidade de vida, no plano local».

«Se todos os autarcas pudessem votar, este Orçamento seria aprovado por aclamação», disse.

Por outro lado, o deputado do PS salientou que a «segurança e a solidariedade mantêm-se como dois vectores relevantes da política orçamental».

«A recapitalização da Segurança Social, tão desprezada pelo Monstro-Pai nos tempos em que governava, continua a fortalecer-se», acrescentou.

Relativamente à educação, o deputado do GP/PS salientou que o conjunto de despesas com a educação passaram de 943 milhões de contos em 1995 para 1658 milhões de contos na proposta orçamental de 2001, o que se traduz num «elevadíssimo crescimento nos últimos cinco anos».

Quanto à saúde, é um sector alvo de uma campanha sistemática da direita que visa destruir e afundar o Serviço Nacional de Saúde, para privatizar os serviços e fazer deste sector um negócio. Assim, com a direita, o Estado «modernizava-se», ou seja, demitia-se da sua função social e a saúde seria só para alguns, numa lógica de privatizações, ou seja, um fartar vilanagem à boa maneira neoliberal. O salve-se quem puder seria a palavra de ordem e os seguros privados de saúde (à boa maneira dos states) seriam um «big» negócio. A direita do vale tudo e dos interesses, bem como os «Chicago boys» fora de prazo rejubilariam.

Contra esta mega-ofensiva da direita, a proposta orçamental aponta mais uma vez no sentido do aperfeiçoamento de toda a gestão do sistema, reconhecendo o papel insubstituível do Estado.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO CASIMIRO RAMOS OE/Poder local

CALAR AS TROMBETAS DA DEMAGOGIA



Consciência social, justiça fiscal e rigor financeiro são as três marcas sobre as quais assenta a proposta de Orçamento de Estado para 2001, apresentada

pelo Executivo.

Foi esta a opinião expressa, no dia 7, na Assembleia da República, pelo deputado socialista Casimiro Ramos, que destacou, no campo social, «a clara prioridade do Governo em, através do orçamento, contribuir para uma efectiva aproximação da Administração ao cidadão».

«As marcas que vão ficar deste Orçamento são a da redução dos impostos, a da subidas das pensões de reforma e a do maior reforço de meios para as autarquias», reiterou.

Depois de um breve recuo à década cavaquista, em que, segundo lembrou, reinava o incumprimento da Lei das Finanças Locais, o parlamentar do PS centrou-se no presente e falou «do reconhecimento que Governo tem dado à ANAFRE», «do relacionamento privilegiado com a ANMP», «das mais de 1500 freguesias que vão ter um acréscimo de verbas superior a 17 por cento», «dos 230 municípios que terão uma transferência de verbas com um acréscimo acima da média nacional, ou seja, superior a 13,6 por cento»; «dos seis distritos no litoral, incluindo as áreas metropolitanas, que têm um crescimento abaixo da média nacional». Estes, entre outros aspectos, conduziram o deputado socialista a afirmar que «o Orçamento de Estado para 2001, no seguimento dos orçamentos dos Governos do PS nos anos anteriores, para além do claro reforço dos meios financeiros a transferir para as autarquias, é aplicado e distribuído por todo o País, garantindo uma capacidade financeira mínima a todos os municípios, pela criação de um Fundo de Base Municipal (equivalente a 15 por cento da participação global nos impostos do Estado) e pelo estabelecimento de



crescimentos mínimos por escalões populacionais, referenciados à taxa de crescimento médio nacional, no sentido de atenuar as assimetrias regionais e de proporcionar a todos os Portugueses e mais e melhores condições de vida».

Para Casimiro Ramos, «uma real aposta na descentralização é fundamental, que se proceda à transferência de mais atribuições e competências para os órgãos locais». Nesse sentido, disse, «o OE/2001 contempla um vasto pacote de novas atribuições e competências a transferir para as autarquias locais».

Quanto às vozes «laranja» e «popular» que se fizeram eco, alegadamente a favor de um Estado menos centralista, o deputado do GP/PS referiu que «os que pareciam arautos da descentralização, na verdade somente faziam soar a trombeta da demagogia».

«É certo, que a trombeta dos demagogos poderá voltar a soar, nos mesmos tons, nas mesmas notas», advertiu Casimiro Ramos, alertando para a urgência de fazer entender «que o reforço do poder local se faz com medidas e políticas concretas como aquelas que o Governo propõe através do OE para 2001».

MARY RODRIGUES

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTEs CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



LUZ VERDE À CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O Parlamento Europeu (PE) deu no dia 14 o seu sim oficial à Carta dos Direitos Fundamentais europeia, abrindo caminho à proclamação do documento na cimeira de Nice, a 7 e 8 de Dezembro.

Em aberto vai ficar, para já, uma decisão sobre as características da Carta, ou seja, se será integrada nos Tratados e terá força jurídica ou se será apenas uma mera proclamação política.

A maioria dos 626 eurodeputados, é já sabido, é favorável à ideia de a Carta servir de base, como é sua vocação, à criação de uma Constituição Europeia inteligível para a generalidade dos cidadãos europeus.

Até à cimeira de chefes de Estado e de Governo que encerra a presidência francesa da UE o Parlamento deverá insistir uma vez mais na necessidade de conferir força jurídica à Carta dos Direitos Fundamentais.

Uma posição que é defendida também pela Comissão Europeia, em especial pelo comissário da Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino.

O futuro estatuto da Carta só será definido, porém, no primeiro semestre do próximo ano, durante a presidência sueca da UE, como esclareceu o Presidente francês,



Jacques Chirac, em conferência de Imprensa no final da Cimeira Europeia de Biarritz.

O projecto de Carta tem 52 artigos divididos em sete capítulos: dignidade, liberdades, igualdade, solidariedade, cidadania, justiça e disposições gerais.

negociação e celebração de convenções colectivas» ou a possibilidade de recorrer a «acções colectivas» como a «greve».

Terceira Via tenta limitar direitos sociais

O carácter jurídico da Carta animou os debates durante os últimos nove meses, com países como a França a defenderem a introdução do maior número possível de direitos sociais para os trabalhadores e países como o Reino Unido (com um Governo trabalhista, pasme-se – é a Terceira Via no seu esplendor), a tentarem limitá-los com receio de um aumento de encargos para as empresas.

A questão consistiu, pasme-se, em saber até que ponto a liberdade económica (iniciativa privada) poderia ser limitada pela solidariedade social (reconhecimento de direitos para os trabalhadores).

Londres acabou por aceitar a introdução de um grande número de valores sociais a troco de uma Carta que, por enquanto, não terá um valor jurídico significativo.

AMBIENTE

Clima

Bolsa de Estágio Francis Vals no Parlamento Europeu em Bruxelas

Período de estágio: 12 de Fevereiro a 12 Julho de 2001
Valor de Bolsa: 40 000FB/mês

Condições exigidas:

Idade inferior a 30 anos
Inscrição na JS ou no PS
Ter curso superior ou frequência de 3 anos em estabelecimento de ensino superior
Bom conhecimento de duas línguas da UE (exp.: português e outra)

As candidaturas devem conter:

Carta com exposição de motivos da candidatura
Currículo detalhado

Entregas das candidaturas até 30 de Novembro de 2000
Envio das candidaturas para:
Delegação dos Socialistas Portugueses
Edifício Jean Monnet, 1 – 6º
1269-070 Lisboa

Telf: 21 3142305
Fax: 21 3193267

KOFI ANNAN PEDE ENTRADA EM VIGOR DO PROTOCOLO DE KYOTO EM 2002

É preciso salvar o planeta enquanto é tempo. O vale tudo ambiental não pode continuar.

É esta a mensagem do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que apelou no passado dia 13 à comunidade internacional para que permita a entrada em vigor «até 2002» de um acordo internacional sobre a redução dos gases relacionados com o «efeito de estufa», o protocolo de Kyoto.

Numa mensagem de vídeo gravada e apresentada em Haia, na cerimónia de abertura da conferência da ONU sobre o sobreaquecimento climático, Annan sublinha que esta ameaça planetária coloca a comunidade internacional perante «um enorme problema».

Trata-se, disse Annan, de «mudar fundamentalmente o funcionamento das nossas economias e dos nossos modos de vida».

Segundo o secretário-geral da ONU, os diplomatas e ministros dos cinco continentes, que vão negociar durante duas semanas, em Haia, as modalidades para pôr em prática o protocolo de Kyoto que permitirão a ratificação e a entrada em vigor deste acordo, devem estabelecer «normas credíveis», que os países

industriais deverão respeitar, e abrir caminho a «um novo modelo de desenvolvimento» para os países pobres.

Salvar o planeta enquanto é tempo

Eles deverão também «dar um convincente sinal» aos industriais de «que a redução de gases relacionados com o efeito de estufa é lucrativa».

Até hoje, assinalou Annan, «as grandes empresas obtiveram lucros» poluindo a atmosfera. Elas devem agora «ter interesse em limpar» aquilo que poluíram, acrescentou.

Cerca de 2000 diplomatas de 180 países vão preparar, durante uma semana, os trabalhos dos seus ministros do ambiente, que procurarão alcançar um acordo na segunda semana da conferência.

Milhares de observadores - ONG ecologistas, «lobbies» industriais e jornalistas - assistem à conferência, que constitui a terceira grande reunião da comunidade internacional sobre a maior ameaça ambiental que paira sobre o planeta.

As duas anteriores realizaram-se no Rio de Janeiro (1992) e em Kyoto (1997).

REFORÇO DE MEDIDAS CONTRA BRANQUEAMENTO DE CAPITALS

Os autores de crime de branqueamento de capitais na União Europeia podem vir a enfrentar uma pena de prisão superior a quatro anos e a apreensão de bens de valor equivalente ao produto da infracção cometida.

A medida está inscrita nas alterações da autoria do eurodeputado socialista Luís Marinho, aprovadas no dia 14 pelo Parlamento Europeu (PE), à «decisão-quadro» em discussão no Conselho de Ministros que visa harmonizar o combate ao branqueamento de capitais.

Alterações que provocarão a «ruptura de importantes fronteiras penais» e «profundas transformações nos sistemas jurídicos dos Estados-membros da União Europeia».

Desde logo, o PE propõe que os Quinze harmonizem a sua legislação de combate à «lavagem de dinheiro», nomeadamente com «penas privativas da liberdade com uma duração máxima igual ou superior a quatro anos».

«Tendo em conta que o crime de branqueamento de capital é punido com penas privativas de liberdade cuja duração apresenta enormes disparidades entre alguns dos Estados-membros da União, indo de 1,5 anos até 14 anos para o mesmo crime, considera-se que o limite proposto de 4 anos tem em maior consideração a realidade, uma vez que alguns Estados terão que alterar a sua legislação penal», pode ler-se no documento. O PE propõe, depois, para os prevaricadores a «perda dos bens» cujo valor corresponda ao produto do crime, «tanto no quadro de procedimentos meramente



internos como de procedimentos instaurados a pedido de outro Estado-membro».

Fica, contudo, de fora da alçada da legislação «a perda dos bens cujo valor corresponda aos produtos do crime nos casos em que esse valor seja inferior a 2.500 euros (501 contos)» - o Conselho de Ministros propõe 4 mil euros (802 contos). O confisco de bens será sempre, porém, uma «medida alternativa que só será utilizada quando for impossível apreender os produtos do crime».

Para o autor do relatório, «o branqueamento de capitais está no cerne da criminalidade organizada» e «deve ser erradicado onde quer que ocorra» através da «mobilização conjunta dos recursos policiais e judiciais

para garantir que os criminosos ou os produtos do crime não se possam esconder na União».

«A manutenção das fronteiras nos âmbitos da justiça e dos assuntos internos favorece a criminalidade transfronteiras: a perseguição dos delinquentes pára nas fronteiras, os despachos dos juizes e os processos são bloqueados, enquanto a delinquência e a criminalidade se organizam num espaço mais vasto e que abrange todo o território da UE», explica o relator.

É por isso «inaceitável», como se pode ler no documento, que «alguns Estados-membros possam considerar que, no seu território, não se aplica o carácter de crime aos actos de branqueamento de capital

cometidos intencionalmente».

«Não existe qualquer justificação, no indispensável espaço único de justiça da União Europeia, para que os Estados-membros contínuem ainda a recusar aos outros Estados-membros a sua cooperação internacional na luta contra o branqueamento de capitais», insurge-se o PE no relatório.

Comunitarização do direito judicial penal e civil

Em nome da «prudência», porque a legislação proposta implica «profundas transformações» nos sistemas jurídicos dos Quinze, o PE propõe alargar o período de adaptação dos Estados-membros até ao final do ano 2002.

«Desta forma, o objectivo poderá ser alcançado mediante esforços devidamente doseados no tempo e num prazo prudencial a fim de ter em conta as dificuldades inerentes à harmonização de sistemas jurídicos tão díspares».

Até 31 de Dezembro de 2002, porém, os ministros da Justiça dos Quinze deverão «ir comprovando», através de um relatório da Comissão Europeia, os progressos dos Estados-membros na transposição para a ordem jurídica interna das medidas agora propostas.

Na intervenção que fez em plenário sobre o relatório Luís Marinho defendeu ainda a «urgente» comunitarização do direito judicial penal e civil e lamentou que essa não seja uma prioridade na reforma dos tratados em curso.

ESTRASBURGO

Eurodeputados Socialistas

ELISA DAMIÃO EXIGE PROTECÇÃO DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES EUROPEUS

A segurança geral dos produtos na União Europeia tem que ser vista como uma mais-valia para a «etiqueta europeia».

Esta ideia, sublinhada ontem pelo eurodeputada socialista, Elisa Damião na sessão plenária do PE, traduz a exigência de que «um produto seja produzido e distribuído com respeito pela saúde dos trabalhadores e seus direitos sociais, respeito pelo ambiente e pela lealdade concorrencial, com elevados níveis de exigência do consumidor».

Na opinião de Elisa Damião «o que não corresponder a este padrão deve ser adequadamente retirado e eliminado», não devendo também ser exportados para os países desfavorecidos produtos que não



reunam as condições exigíveis para os consumidores europeus.

Por outro lado, deverá proceder-se à sua recolha imediata, evitando-se, assim, eventuais situações de risco.

Por estas razões, a eurodeputada socialista o e recolha dos produtos perigosos, e de estender a responsabilidade de sua comercialização aos distribuidores e produtores de serviços que devem igualmente responder pelos prejuízos causados.

A camarada Elisa Damião exprimiu ainda o seu desejo de que a directiva sobre a segurança geral dos produtos, hoje em análise no PE, «contribua decisivamente para responder aos crescentes anseios e receios dos europeus em matéria de segurança de consumo».

PORTUGUESES MAIS INTERESSADOS

O interesse dos portugueses pela ciência e tecnologia cresceu significativamente desde 1996, sobretudo entre os mais jovens e escolarizados, embora o grau de informação sobre essas matérias tenha evoluído mais lentamente.

Estas são, juntamente com o crescente «voto de confiança» dos portugueses na ciência, as principais conclusões de um inquérito divulgado, no passado dia 9, em Lisboa, elaborado pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias.

Os resultados do «Inquérito à Cultura Científica dos Portugueses 2000» podem ser comparados com um estudo idêntico realizado em 1996/7, embora não possam ser confrontados com dados internacionais, uma vez que, tanto a nível europeu como norte-americano, os últimos inquéritos semelhantes têm já alguns anos.

O inquérito aborda três dimensões: as atitudes perante a ciência e a tecnologia, os hábitos de contacto com informação científica e tecnológica e, finalmente, o grau de conhecimento científico que os portugueses dizem ter.

Assim, no que diz respeito à primeira parte do estudo, os portugueses foram questionados sobre o seu grau de interesse em relação a determinadas temáticas (desporto, cultura, política, ciência).

Entre 1996/7 e 2000, a temática em relação à qual o interesse dos portugueses mais aumentou foi «as recentes descobertas científicas», que interessa hoje «muito» a 21,5 por cento dos inquiridos contra 8,5 por cento



no inquérito anterior, diminuindo também o número daqueles que afirmam «nada» se interessar por estas matérias (8,5 pontos percentuais).

Contudo, quando inquiridos sobre o grau de informação sobre o mesmo assunto, só 3,8 por cento arriscam saber «nada» (contra 1,5 por cento em 1996/7), e 36,7 por cento asseguram ter um grau de informação razoável sobre ciência e tecnologia (o que representa uma descida de 6,4 pontos percentuais).

Muito claro é o aumento da preocupação dos portugueses com os problemas da saúde pública, como o estado da água potável, a contaminação do sangue, a poluição do ambiente ou a qualidade dos produtos de consumo.

Cerca de 38,7 por cento dos portugueses afirmaram que a sua confiança na ciência «tem aumentado», contra 32 por cento há

quatro anos.

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, destacou a resposta dos portugueses à questão sobre se a ciência deve ser apoiada pelo Governo mesmo que não traga benefícios imediatos como um «voto de confiança» crescente da população nesta área.

De facto, a percentagem daqueles que concordam (total ou parcialmente) com o apoio estatal à ciência, mesmo sem resultados imediatos, passou de 64,4 por cento em 1996/7 para 68,2 por cento em 2000.

Embora ligeiramente (1,7 pontos percentuais), aumentaram também aqueles que consideram os benefícios da ciência maiores que quaisquer efeitos negativos que ela possa ter.

Exactamente igual (48,8 por cento) é a percentagem de portugueses que, no inquérito actual e no anterior, afirmaram que os conhecimentos científicos não são importantes para a sua vida quotidiana.

Outro resultado curioso deste inquérito, sublinhado pelo próprio ministro, é que se a maioria dos portugueses (68,8 por cento) considera que, actualmente, a ciência não pode explicar todos os factos da vida (deixando espaço ao religioso, mítico ou astrológico), são 57,1 por cento aqueles que consideram que no futuro a ciência poderá vir a abarcar todos os domínios da realidade. No capítulo dedicado às práticas culturais dos portugueses, verifica-se que estes pouco lêem (em jornais ou livros) ou vêem (na televisão) sobre ciência e tecnologia.

Nos últimos 12 meses, 86,6 por cento dos portugueses afirmaram não ter visitado nenhum museu de ciência e tecnologia, o que, segundo Mariano Gago, é ainda um número inflacionado.

No que diz respeito ao conhecimento científico nacional, a percentagem de respostas certas a perguntas como «a Terra gira à volta do Sol» ou «o oxigénio que respiramos provem das plantas» aumentou entre 1996/7 e 2000, se bem que, em muitos dos casos, a percentagem de respostas erradas tenha também crescido (diminuindo os «Não sabe» ou «Não responde»).

Numa análise da variável que mais influencia o grau de conhecimento científico, o inquérito aponta a escolaridade como determinante.

«A escolaridade é o factor crítico para a aquisição de conhecimento científico», afirmou Mariano Gago.

A escolaridade determina ainda a vontade de saber mais, já que 96 por cento dos inquiridos com escolaridade superior ao 12º ano afirmam que gostariam de melhorar os seus conhecimentos nestas áreas, contra 54,3 por cento dos indivíduos com escolaridade inferior à primária.

Finalmente, os portugueses consideram que os factores determinantes para uma aprendizagem eficiente da ciência nas escolas são os bons professores e a realização de experiências laboratoriais, o que, segundo Mariano Gago, reforça a aposta do Ministério da Ciência e da Tecnologia no ensino experimental das ciências.

PROGRAMA «GERAÇÃO MILÉNIO» SOBRE NOVAS TECNOLOGIAS

O Governo socialista continua a sua aposta na democratização do acesso às novas tecnologias, no quadro de uma política de combate à info-exclusão.

O ministro da Juventude e do Desporto, Armando Vara, anunciou no dia 13, em Lagoa, o lançamento em Janeiro de 2001 de um programa de aprendizagem de novas tecnologias destinado a todos os jovens.

Falando na sessão nacional de apresentação do «Hemiciclo – Jogo da Cidadania», realizada na escola secundária Padre António Martins de Oliveira, em Lagoa, Armando Vara sublinhou que o programa, denominado «Geração Milénio», pretende possibilitar a todos os jovens a aprendizagem das novas

tecnologias de informação.

Trata-se de um programa a iniciar em Janeiro de 2001, que irá cobrir todo o território nacional, através das associações desportivas, recreativas e culturais, locais onde os jovens podem inscrever-se de uma forma simbólica, explicou Armando Vara.

O governante sublinhou a necessidade da aprendizagem das novas tecnologias para fomentar uma nova política de igualdade de oportunidades.

O programa «Geração Milénio», que irá proporcionar a todos os jovens a possibilidade de aprender a funcionar com as competências mais básicas da Internet e da própria informática, segundo o governante, «visa democratizar o acesso aos jovens num domínio essencial para a participação e completa integração, evitando uma nova dinâmica de exclusão». O ministro, acompanhado pelo secretário

de Estado da Juventude, Miguel Fontes, manifestou a sua satisfação pelo facto de uma escola sediada numa pequena vila como Lagoa alcançar a vitória no ano transacto no «Hemiciclo – Jogo da Cidadania».

Para Armando Vara, este facto, além de constituir um sinal de maturidade cívica, democrática e de desenvolvimento do País em que existe igualdade de oportunidades, valorizou um concurso em que participaram centenas de escolas, algumas sediadas em grandes cidade como Lisboa e Porto, e milhares de jovens estudantes.

O «Hemiciclo – Jogo da Cidadania» apresenta este ano a possibilidade de o tema de debate nacional ser previamente escolhido pelos jovens estudantes, através de participação electrónica, designadamente no «site» da Internet www.sej.pt.

O «Desenvolvimento económico e

ambiente», «Direitos individuais e uso das tecnologias de informação», «Educação e mercado de trabalho», «Participação dos cidadãos e reforma do sistema político português», «Relações económicas, sociais e políticas face à globalização», «Segurança pública e direitos dos cidadãos» são os temas propostos além dos considerados pelos alunos.

No decurso da apresentação do Hemiciclo – Jogo da Cidadania foi entregue o prémio da edição do ano transacto, constituído por um centro de informática instalado na escola secundária Padre António Martins de Oliveira, estabelecimento de ensino que venceu no ano passado o concurso, e uma viagem ao Parlamento Europeu aos alunos participantes no jogo.

O jogo consistia em simular pequenos parlamentos, onde os «deputados» discutiam um tema.

GOVERNO REGIONAL PROMOVE CONSTRUÇÃO DE 400 NOVAS CASAS

O Governo Regional dos Açores, presidido pelo camarada Carlos César, vai promover a construção de 400 novas moradias no concelho da Ribeira Grande, ilha de S. Miguel, nos próximos quatro anos, anunciou o director regional da Habitação.

Segundo Ricardo Silva, com apoio da administração regional foram construídos no segundo maior concelho de S. Miguel, entre 1996 e 2000, um total de 225 novos fogos.

O director regional da Habitação procedeu ao sorteio de 25 lotes para a construção de outras tantas casas no bairro de Santa Luzia Beira Mar, na cidade da Ribeira Grande.

Na nova área habitacional, que beneficiará da abertura próxima de uma via junto à orla marítima, o Governo investiu 100 mil contos (500 mil euros).

Carlos César apresenta novo Governo Regional

O líder do PS/Açores, camarada Carlos César, apresentou na segunda-feira ao ministro da República, em Angra do Heroísmo, a lista dos membros VIII Governo Regional que foi encarregado de constituir no seguimento da vitória socialista nas eleições de 15 de Outubro.

Os nomes do segundo Executivo do PS nas ilhas foram comunicados aos dirigentes socialistas da região numa reunião do



Secretariado Regional no sábado na Horta, mas Carlos César escusou-se a divulgá-los publicamente antes do encontro com o ministro da República, Alberto Manuel Sampaio da Nóvoa.

O líder do PS/Açores informou que nenhum dos convites que formulou foi rejeitado, não havendo, assim, qualquer «segunda escolha» no seu próximo gabinete.

No VIII Governo Regional, o primeiro Executivo socialista em Portugal com apoio parlamentar maioritário - o PS elegeu a 15 de Outubro 30 dos 52 deputados regionais - o sector da saúde será dirigido por um secretário regional, deixando de estar integrado num departamento que juntava, também a Educação.

Integram a nova Assembleia Regional 30

deputados do PS, 18 do PSD, dois do CDS/PP e outros tantos do PCR.

Sinistrados de 98 terão aumento na comparticipação

O Governo Regional dos Açores anunciou, no dia 10, um aumento em Janeiro da comparticipação pública à recuperação das casas danificadas pelo sismo de 1998 no Faial, mas não quantificou o valor a atribuir. A decisão foi anunciada, na passada sexta-feira, pelo presidente do Governo Regional, Carlos César, após uma reunião entre membros do seu gabinete ligados ao processo de reconstrução e os representantes da Câmara Municipal da Horta.

Segundo Carlos César, existem várias propostas para a revisão do valor dos apoios públicos, correspondentes, actualmente a 80 contos por metro quadrado.

«Devido à falta de mão-de-obra e ao elevado número de obras a realizar, os encargos dos sinistrados tem aumentado significativamente», referiu.

Sem especificar o valor do aumento perspectivado, Carlos César disse poder apenas adiantar que «as novas comparticipações, com efeitos a partir de 1 de Janeiro, serão aplicadas, quer nos casos novos que surgirem a partir dessa data, como nos outros que estejam pendentes financiamentos públicos».

CONTROLO COM ABRANGÊNCIA TOTAL

O Programa de Controlo da Diabetes passou a abranger todos os doentes portugueses, com a entrada em vigor, na terça-feira, dia 14, da adesão dos sub-sistemas de saúde e da Região Autónoma dos Açores ao protocolo que o instituiu.

Até há pouco, apenas os doentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) no continente eram abrangidos por este programa que, ao abrigo de um protocolo celebrado em Outubro de 1998 entre o Ministério da Saúde e várias entidades médicas, farmacêuticas e distribuidoras, visa o aumento da qualidade de vida do diabético e a redução das complicações associadas à doença.

Entrando em vigor na data em que se assinala o Dia Mundial da Diabetes, a adesão da Região Autónoma dos Açores e dos 16 sub-sistemas de saúde - entre os quais a ADSE, os sistemas de assistência das forças armadas e

paramilitares e os serviços de assistência médico-social dos bancários - ocorreu a 29 de Setembro.

A Região Autónoma da Madeira possui um programa próprio de controlo da Diabetes. O Programa de Controlo da Diabetes garante o fornecimento gratuito de seringas, agulhas e lancetas, a comparticipação a 75 por cento na aquisição de tiras reagentes de sangue e urina e a comparticipação a 100 por cento nos medicamentos necessários ao tratamento e controlo da Diabetes.

As regras de inserção dos diabéticos provenientes de sub-sistemas no programa de controlo são idênticas às que vigoravam para os utentes do SNS, o que significa ser imprescindível a aquisição do cartão de utente e do guia do diabético, ambos disponíveis nos centros de saúde.

Antes do início do programa, estimava-se existirem em Portugal cerca de 280 mil diabéticos. Dado que só no SNS eram já

250 mil os diabéticos portadores do guia, e portanto identificados como tal, admite-se que, com a adesão dos sub-sistemas, o número real de diabéticos portugueses venha a «exceder largamente» as estimativas iniciais.

Quanto ao balanço geral da aplicação do programa no terreno, e embora seja «positivo», subsistem alguns problemas a ultrapassar já que são ainda muitos os médicos que não requisitam o guia do diabético para os doentes a quem não prescrevem as tiras teste de autocontrolo. Dado que o guia é apontado como «essencial» para a co-responsabilização do doente, pois é nele que se registam os objectivos anuais do tratamento, a sua redução a um mero instrumento de apoio a quem tem de se dirigir à farmácia é vista por responsáveis do Ministério da Saúde como «uma falha a corrigir com brevidade». Relativamente ao diagnóstico e tratamento das retinopatias diabéticas - de forma a

detectar lesões oculares e identificar os diabéticos em risco de cegueira -, uma das vertentes do Programa Nacional cuja aplicação se encontrava atrasada, vai ser iniciada em breve.

Em Dezembro de 1999, a Comissão Nacional de Protecção de Dados aceitou que o sistema informático dos centros de saúde identificasse nominalmente os portadores do guia do diabético, o que permite que nas regiões de saúde do Algarve, Alentejo e no norte do país se tenha dado já início à convocação individual dos doentes para que efectuem o rastreio.

Este sistema - classificado como extremamente inovador, pois permite indicar já a hora a que o doente se deve dirigir à instituição de saúde para efectuar o exame -, não está ainda a ser utilizado nos centros urbanos devido a dificuldades na aquisição de equipamento, resultantes de estruturas organizacionais «mais pesadas e um pouco mais burocráticas».

GOVERNO QUER QUE NOVA LEI CONTEMPLE RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS

O Governo do PS vai propor em breve na Assembleia da República que a nova Lei da Rádio, já aprovada na generalidade, contemple a criação de rádios universitárias, anunciou o secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho.

«Vamos propor na especialidade uma alteração à nova Lei da Rádio que contemple a criação de rádios universitárias onde haja possibilidades técnicas», disse Arons de Carvalho, que falava aos jornalistas na Universidade do Algarve.

O secretário de Estado da Comunicação Social, que se deslocou à Universidade do Algarve para debater a hipótese de criação de uma rádio universitária neste estabelecimento de ensino, adiantou que a nova Lei da Rádio deverá estar aprovada antes do final do presente ano.

«Tudo depende da Assembleia da República, mas tenho esperança de que a nova Lei da Rádio seja aprovada antes do fim do ano, o que pressupõe a seguir um concurso público. Creio que dentro de seis meses a um ano haverá possibilidade



de a Rádio da Universidade do Algarve estar já a emitir», disse.

Segundo o governante, para que a Rádio Universidade do Algarve se torne uma realidade é preciso que sejam ultrapassadas «três dificuldades» que têm a ver com questões técnicas, jurídicas e económico-financeiras.

A questão técnica está já ultrapassada uma vez que existe uma frequência disponível em Faro, o aspecto jurídico será também ultrapassado com a alteração à nova lei, enquanto o aspecto económico-financeiro contará com o apoio do Governo e da própria universidade.

Arons de Carvalho recordou que «há um

conjunto de alterações que têm que ser feitas na proposta de Lei da Rádio de forma a adequar esta situação», tendo em conta a especificidade das emissoras universitárias.

Assim, e tendo em conta o seu «pouco profissionalismo», uma vez que são geridas pelos próprios estudantes e não possuem jornalistas profissionais, há que ter em conta «algumas alterações».

Nesse contexto o Governo vai ainda estudar a hipótese de as rádios universitárias, tal como as restantes, funcionarem 24 horas/dia.

Entretanto é já um dado adquirido que as rádios universitárias não poderão ter publicidade comercial para não concorrerem com as restantes estações que emitem localmente.

«Em Portugal temos tido rádios de serviço público (RDP) e rádios comerciais, e agora temos um terceiro género que são as rádios

universitárias, daí termos que encontrar uma forma adequada para preencher essa nova categoria que passará a existir a partir de agora», sublinhou Arons de Carvalho.

DIPLOMACIA

Jaime Gama inaugura

NOVAS INSTALAÇÕES DO CONSULADO EM BARCELONA

O ministro de Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, inaugurou ontem, quarta-feira, as novas instalações do Consulado-Geral de Portugal em Barcelona e foi ontem o primeiro governante português a visitar Andorra, onde presidiu à abertura do primeiro consulado português.

Jaime Gama, que se encontrava acompanhado pelo Secretário de Estado das Comunidades, José Lello, reuniu-se ainda com o presidente do Governo Autónomo (Generalitat) da Catalunha, Jordi Pujol, que lhe ofereceu um jantar e visitou também o presidente do Parlamento Autónomo, Joan Rigol.

As instalações consulares de Portugal em Barcelona, agora reformadas, continuam no mesmo edifício, no centro da cidade, na «Ronda» de San Pedro.

Visita a Andorra

Ontem, Jaime Gama viajou depois para Andorra, território visitado oficialmente pela primeira vez por um membro do Governo português, onde se reuniu com as autoridades locais.

Jaime Gama assinou acordos de



cooperação em matéria de protecção social e legal aos cerca de 10 mil imigrantes portugueses no Principado, onde constituem cerca de 12 por cento da população.

O ministro português, que se encontrava acompanhado pelo embaixador de Portugal em Andorra e pelo presidente do Instituto Camões, Jorge Couto, encontrou-se com o seu homólogo, Albert Pintat, e com o primeiro-ministro, Marc Forné.

ECONOMIA

Pina Moura afirma

PORTUGAL ATINGIU UM TECTO NA TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO

A principal diferença entre a economia portuguesa e espanhola é que Portugal atingiu um tecto da taxa de crescimento do Produto, pelo que a nossa economia está numa «encruzilhada», afirmou ontem, quarta-feira, o ministro das Finanças.

Pina Moura falava na terceira conferência da Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial (APGEI), que decorreu no Porto subordinada ao tema «Integração do Mercado Ibérico».

Pina Moura considerou que em Portugal o crescimento está agora limitado, uma vez que já atingiu uma situação de completa e plena utilização dos seus factores produtivos.

De acordo com previsões oficiais, Portugal deverá crescer entre 3,2 por cento e 3,4 por cento.

Pina Moura defendeu a necessidade de um ajustamento estrutural na economia portuguesa que permita expandir a capacidade de crescimento.

«Não podemos fazer este ajustamento num crescimento baseado em mais força de trabalho, porque estamos numa situação

de pleno emprego, mas num modelo de desenvolvimento assente num crescimento rápido da produtividade o que exige uma maior qualificação da mão-de-obra», adiantou.

No que diz respeito ao financiamento do ajustamento estrutural, Pina Moura considera que Portugal tem muito a fazer. «Verificou-se uma alteração substancial nas principais economias europeias, na relação entre a poupança e o investimento. Se os Estados foram durante muitos anos agentes que se iam financiar aos mercados estão agora a tornar-se agentes aforadores», explicou.

«Em Portugal estamos ainda atrasados neste domínio e temos que acelerar o processo de consolidação das finanças públicas», acrescentou.

Segundo o membro do Executivo, a economia portuguesa, apesar de registar um crescimento menor que a espanhola, entrará em 2001 no sexto ano de crescimento consecutivo, tendo evoluído em 1996 e 2000 a um ritmo superior ao da média europeia.



Albufeira

Câmara investe em melhoramento de infra-estruturas

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou adjudicar as seguintes empreitadas: recuperação do Mercado dos Olhos D'Água, incluindo instalações sanitárias, repavimentação da Rua António Aleixo e acesso ao eixo viário, bem como repavimentação de arruamentos na povoação de pademe e ligação da EN 270 à Rua 5 de Outubro.

O valor global das empreitadas ronda os 60 mil contos.

Castelo Branco

Internet em todas as escolas do primeiro ciclo

A Câmara Municipal de Castelo Branco continua a sua aposta na educação e nas novas tecnologias. As 34 escolas do primeiro ciclo do concelho de Castelo Branco dispõem desde a semana passada de ligação à Internet, num investimento que ronda os 75 mil contos.

«É um acontecimento muito importante e de grande significado e corresponde ao compromisso que assumimos de, no mais curto prazo de tempo, proporcionar o acesso das crianças à Internet», afirmou o presidente da autarquia, Joaquim Mourão.

Guimarães

Mais 351 habitações sociais em construção

No âmbito do Plano Especial de Realojamento (PER), a Câmara Municipal de Guimarães tem em construção 351 novas casas que, ao longo de 2001, serão atribuídas a famílias contempladas pelo PER.



Trata-se do maior investimento alguma vez realizado pela autarquia na área da habitação social.

A construção destes fogos irá representar um considerável acréscimo de actividade para a CASFIG, a empresa pública responsável pela manutenção do património imobiliário da edilidade.

Lisboa

Ambiente e património em mostra fotográfica

Uma série de trabalhos fotográficos tendo por tema o património histórico e ambiental da cidade de Lisboa encontram-se patentes ao público no Edifício Municipal do Campo Grande, no âmbito da exposição relativa ao «Peddy Paper Fotoambiente», uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa levada a cabo no dia 14 de Outubro e que reuniu cerca de 150 participantes.



Daniel Costa e Eliana Barenho (melhor classificação geral), Miguel Gago e Cristina Dias (melhor conjunto de fotografias) e Luis Reis (concorrente mais amigo do ambiente) foram os cinco premiados da presente edição.

Matosinhos

Isabel Silvestre interpreta 12 canções populares

A cantora Isabel Silvestre, fundadora do Grupo de Cantares de Manhouce, actuou no dia no dia 4, em Matosinhos, num concerto com entrada livre em que interpretou 12 canções populares do seu último álbum.

Ao todo foram 12 canções populares portuguesas que nos levaram a viajar pelas raízes da nossa tradição popular, sublinhou a organização do espectáculo, em que Isabel Silvestre apresentou o seu mais recente trabalho a solo, intitulado «Eu». Isabel Silvestre é uma das fundadoras do Grupo de Cantares de Manhouce, criado em 1978 por um grupo de mulheres daquela freguesia de S. Pedro do Sul.

Além de cantora, Isabel Silvestre é professora e trabalha no Gabinete Experimental Musical e Dramático para os alunos do Ensino Básico.

O concerto do dia 4, inserido na se na iniciativa «Música em Matosinhos – em Português», foi organizado pela autarquia local.

Ovar

Protocolos com associações desportivas, culturais e sociais

A Câmara Municipal de Ovar assinou uma série de protocolos de colaboração com

diversas associações desportivas, culturais e sociais do concelho.

Irmandade do Senhor dos Passos, Clube Futebol Aliança, Centro Cultural e Recreativo de Válega e a NADO-Náutica Desportiva Ovarense são as associações do concelho que assinaram protocolos de parceria com a autarquia.



Setúbal

Avenida Luísa Tody vai ter nova iluminação

A Câmara Municipal de Setúbal, presidida por Mata Cáceres, aprovou o projecto de remodelação da iluminação pública das vias de circulação automóvel e dos espaços pedonais da Avenida Luísa Tody, com o preço-base de 92 mil contos.



O projecto prevê a instalação de um novo modelo de colunas de suporte da iluminação pública, construídas expressamente para o embelezamento da Avenida Luísa Tody.

Vila Franca Xira

Mais habitação social e menos barracas

A extinção das barracas do bairro da Pedra Furada, em Vila Franca de Xira, decidida pela autarquia, vai permitir construir mais 94 fogos no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER).

O PER em Vila Franca começou a desenvolver-se em 1994 e até agora já foram realojadas cerca de metade das pessoas inscritas. Para concluir o programa, a autarquia tem ainda que realojar 373 famílias e construir 237 fogos.

Segundo o vereador responsável pelo

pelouro do Urbanismo da autarquia, Carlos Silva, o actual bairro de barracas da Pedra Furada, na Freguesia de Vila Franca de Xira, é um dos mais emblemáticos e antigos do concelho.

As primeiras barracas foram construídas há cerca de 50 anos pelos trabalhadores que se deslocaram para Vila Franca de Xira para trabalhar na construção da Ponte Marechal Carmona. O bairro acabou por crescer e consolidar, tornando-se num dos maiores do concelho.

Agora, no mesmo local onde estão as barracas, vão ser construídos 94 fogos e a autarquia vai requalificar o espaço envolvente.



A construção deste novo bairro marca uma etapa no desenvolvimento do PER em Vila Franca de Xira, numa altura em que a autarquia está a «meio caminho» para a conclusão do programa, tendo já sido gastos entre 4,5 e cinco milhões de contos de um investimento total que se prevê que atinja os 6,5 milhões de contos.

De acordo com o levantamento realizado em 1993, existiam 723 barracas no concelho, agrupadas em 67 núcleos, onde viviam 765 agregados familiares.

Para que o PER fique concluído, a autarquia tem ainda que realojar 373 agregados familiares e construir 237 fogos.

Dos casos que falta ainda resolver, os Bairros da Pedra Furada e dos Avieiros de Vila Franca de Xira são, segundo o vereador responsável pelo pelouro do Urbanismo, os mais difíceis, já que as novas casas serão construídas nos terrenos onde actualmente estão as barracas. Assim, é necessário mudar provisoriamente as pessoas para outro sítio, problema que nem sempre é fácil de resolver devido à falta de locais disponíveis.

Igualmente difícil será encontrar uma solução que permita acelerar o processo do Bairro dos Avieiros da Póvoa de Santa Iria.

Segundo Carlos Silva, como está a ser elaborado o Plano de Pormenor da zona, enquanto este não estiver pronto não é possível avançar com qualquer obra.

Contudo, a autarquia está ainda a tentar encontrar uma forma que permita contornar este obstáculo para não atrasar muito todo o processo.

Além deste três projectos – Pedra Furada, Bairro dos Avieiros de Vila Franca de Xira e Póvoa de Santa Iria – a autarquia vai construir mais 36 fogos em Povos, Alverca e Castanheira do Ribatejo.

O final de 2001 é a data apontada para a conclusão do PER em Vila Franca de Xira.

PS EM MOVIMENTO

BRAGA

Secção Sectorial da Saúde

A Secção Sectorial da Saúde do PS/Braga elegeu no dia 10 de Novembro os seus órgãos dirigentes.

Assim, o Secretariado é composto pelos camaradas José Manuel Barros Guerra, Cecília Vieira da Cunha, Maria Helena Neves Pereira, Adriano valente da Silva, Amadeu Rocha Armada, Francisco José Pereira, Manuel Queirós Cerqueira, Paulo David Cardoso e Serafim China Pereira.

Por sua vez, a Mesa da Assembleia Geral integra os camaradas Alípio Pinto Costa, Maria Isabel Silva Marques e Vítor Manuel Coutinho.

Esta estrutura pretende organizar visitas aos concelhos, colóquios e debates com especialistas e dinamizar e recrutar novos militantes.

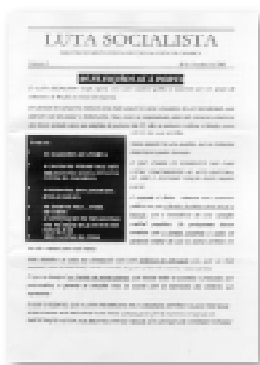
COSTA DE CAPARICA

«Luta Socialista»

Saiu mais um número da publicação «Luta Socialista», órgão de informação da Secção da Costa de Caparica.

Neste número, o 9º, referente a Outubro, as eleições para os órgãos dirigentes desta estrutura dominam a maior parte das notícias.

«Somos um grupo de militantes que acreditam na democracia e no socialismo e que, por isso mesmo, procuram levar por diante os ideais e o programa do PS. Acreditamos também que a Costa de Caparica é um diamante por lapidar e que a única força capaz de o fazer é o Partido Socialista. No entanto, no PS da Costa de Caparica parece haver um vírus que tudo contamina. Há vários anos que a vida interna dos Secretariados tem sido marcada pelas guerras intestinas, pela intriga, pela conspiração politiqueria, pelas demissões a conta-gotas, até que deixam de funcionar por falta de condições». Lê-se num artigo intitulado «Mudar de vez... para melhor», assinado, entre outros, pelos camaradas Calado, Faria Pinto, Saleiro, Hélder, Jorge Rocha, Inês Mota, Carlos Dantas e Fernando Rosas.



MADEIRA

Congresso em Fevereiro

A Comissão Regional do PS-Madeira marcou o seu X Congresso Regional ordinário para os dias 3 e 4 de Fevereiro de 2001.

A Comissão Regional aprovou também o Regulamento do Congresso, bem como elegeu a Comissão Organizadora do mesmo e agendou para 19 a 21 de Janeiro de 2001 o período para eleição de delegados.

O actual presidente do PS-Madeira, camarada José Mota Torres, não se recandidata a um novo mandato, depois de ter reconhecido a sua derrota eleitoral nas últimas eleições legislativas regionais do dia 15 de Outubro ao não conseguir retirar a maioria absoluta ao PSD-Madeira.

Os resultados eleitorais provocaram uma crise interna no partido, havendo dirigentes a defender que a actual Comissão Política deveria ter-se demitido.

Apoio à recandidatura de Sampaio

O camarada Mota Torres contrapôs dizendo que a mesma se manterá em funções devido ao próximo acto eleitoral para a Presidência da República.

Até agora o militante João Carlos Gouveia é o único candidato assumido à presidência do partido.

A Comissão Regional aprovou também por aclamação o seu apoio à recandidatura de Jorge Sampaio à Presidência da República.



PORTO

Eleições nas Concelhias

Os camaradas Manuel Seabra, Jorge Catarino, Afonso Lobão, José Neves e Abel Coelho venceram sábado as eleições para as Concelhias do PS de Matosinhos, Maia, Trofa, Marco de Canaveses e Amarante, respectivamente.

O ex-presidente da Câmara de Matosinhos foi reeleito líder da Concelhia local do PS, vencendo com 72 por cento dos votos a lista encabeçada pelo presidente da Junta de Freguesia de Matosinhos, camarada Henrique Calisto.

O camarada Afonso Paixão foi reeleito presidente da Concelhia da Trofa do PS, derrotando com 62 por cento dos votos a Lista B, liderada pelo camarada Bernardino Maia.

No PS/Maia, o presidente da Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, Jorge Catarino, venceu com 76.6 por cento dos votos a lista liderada por Vítor Silva.

Na Concelhia socialista do Marco de Canaveses, o actual presidente, José Neves, derrotou com 55 por cento dos votos a lista de Melo e Castro, apoiada pelo líder da bancada do PS na Assembleia da República, Francisco Assis.

O camarada Abel Coelho também foi reeleito presidente da Concelhia de Amarante do PS.



Torneio Futsal no pavilhão da Azambuja JS/FAUL-Concelhias

O pavilhão da Azambuja foi palco no dia 11 do Torneio Futsal JS/FAUL-Concelhias. Os jogos iniciaram-se às 11 e a final teve início às 19 e 20. Às 20 horas realizou-se a cerimónia de encerramento com a entrega de troféus às equipas classificadas no 1º, 2º e 3º lugares, bem como troféus de participação para as equipas não apuradas para a final e ainda um troféu para o melhor jogador do torneio. Foi uma iniciativa que teve por objectivo (alcançado) pôr os jovens socialistas a conviver à volta da prática do desporto.

I Encontro Nacional dos Trabalhadores Socialistas de Seguros

Os camaradas João Prouença, Fausto Correia e Artur Penedos foram alguns dos participantes no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Socialistas de Seguros, que decorreu no dia 11, no Hotel D. Dinis, em Coimbra.

Para a actividade seguradora, existem três sindicatos de âmbito nacional: o STAS, com sede em Lisboa, maioritário; o SISEP, também com sede em Lisboa, mas com pouca implantação no País; e o SINAPSA, com sede no Porto.

Painéis de reflexão

Nesse sentido, este encontro revestiu-se de grande importância pelo que trouxe de inovador na prática dos dois sindicatos maioritários, já que reuniu as duas tendências sindicais com expressão socialista naquelas organizações de classe.

«O Movimento Sindical no Contexto das Novas Organizações do Trabalho – qual o papel da Tendência Socialista de Seguros» e «Um Olhar sobre o Sector Segurador» foram os dois painéis em discussão.

AINDA SOBRE A CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO



Cara a Edite Estrela

No programa da sua recente candidatura a Presidente da FAUL indicou o propósito de criar «um Observatório Político-Social da Metrópole de Lisboa, como forma de institucionalizar a investigação e o estudo dos principais fenómenos da nossa Região e de dotar a Federação e o Partido de elementos de análise fundamentais para o desenvolvimento sustentado do país». Considero o funcionamento efectivo deste Observatório da maior importância, dado haver na nossa região problemas que exigem um estudo aprofundado, com grande repercussão sobre o desenvolvimento do país, e haver no PS técnicos desejosos de ser informados e capazes de darem um contributo útil para o seu estudo.

Como sugestão de um assunto a tratar, indico-lhe o assunto focado na carta anexa ao João Cravinho e no artigo, também anexo, que publiquei no «Expresso» a 16 de Setembro. Este assunto relaciona-se com o problema do desenvolvimento da rede ferroviária nacional, questão de imensa importância que tem de ser estudada com grande cuidado. Espero que o Observatório se debruce sobre estes assuntos.

Ficando à sua disposição para dar um contributo nestas e, eventualmente, noutras matérias, envio-lhe as minhas melhores saudações socialistas

Caro João Cravinho

Em 1996 apoiaste a candidatura de Jorge Coelho a Presidente da FAUL, comprometendo-te publicamente (a notícias veio nos jornais) a ir organizar e dirigir o gabinete de estudos da FAUL, que se passaria a chamar «Departamento para o Projecto Metropolitano». Nada fizeste e como ministro responsável pelos Transportes e Ordenamento do Território governaste durante quatro anos com o estrito apoio do teu gabinete, sem procurar ouvir opiniões críticas e minimamente esclarecer órgãos técnicos e políticos, interiores ou exteriores ao PS.

Os cidadãos têm o direito de saber como foram, ou estão a ser tomadas, as decisões de importância decisiva para o futuro do país. Têm, em particular, o direito de saber se estão a ser tomadas com base em convenientes estudos técnicos. Infelizmente, não creio que esteja a ser o caso em Portugal no domínio das infraestruturas de transporte.

Agora é um deputado particularmente activo e tens tempo.

Convido-te, como antigo ministro, a responder aos nove comentários críticos bem precisos que fiz num artigo publicado no «Expresso», de 16 de Setembro, ao modo como foi decidida a localização do novo Aeroporto de Lisboa. Tens uma oportunidade para indicar os pontos em



que, eventualmente, eu não tenha razão. Se o não utilizares, permitir-me-ei considerar que a referida decisão foi tomada com uma insuficiência de estudos e uma superficialidade tais que o principal ministro por ela responsável não se sente capaz de a justificar, nem lhe soube medir as consequências.

Aeroporto

1-A construção de um novo Aeroporto na Ota tem sido justificada com a *previsível saturação do Aeroporto da Portela* antes de 2010. A Ota não satisfaz, no entanto, uma condição básica que deve ser respeitada na escolha de um novo aeroporto: *ser um local onde sejam possíveis futuras expansões*.

O espaço utilizável na Ota é um espaço confinado onde só são possíveis 2 pistas e onde os edifícios iniciais dificilmente poderão ser ampliados. Se a expansão do tráfego aéreo for a previsível e desejável um aeroporto na Ota ficará saturado e com dificuldades de funcionamento antes de 2030. De facto, só não atingirá esta saturação se servir muito mal o país. (O Aeroporto de Madrid tem actualmente 3 pistas, está prevista a construção de mais 2, e já foi decidida a sua duplicação ou a sua substituição por um outro maior que possa receber 90 milhões de passageiros/ano). *O aeroporto da Ota (que nunca poderá ser um vértice importante da rede mundial de transportes aéreos) será, assim, uma obra acanhada que nos inferiorizará face à Espanha*.

2- A Ota é um local *totalmente contra indicado* para a construção de um grande aeroporto. Com efeito, a construção de um aeroporto na Ota obriga a *uma movimentação de terras cerca de 10 vezes superior à necessária em vários outros locais onde a construção é possível* com a agravante de ser necessário fazer aterros com mais de 20 metros de altura sobre terrenos argilosos ainda mal conhecidos

que será necessário compactar. *Uma obra como esta poderá ser bastante mais cara e demorada do que inicialmente previsto*. O Governo decidiu avançar com a construção do aeroporto na Ota, devendo os encargos financeiros ser maioritariamente assegurados por entidades privadas que irão agora decidir se entram no negócio. Os pontos atrás referidos podem fazer-las hesitar e exigir condições que depois se traduzam por grandes encargos para o Estado português. Este assunto deve continuar, pois, a ser olhado com toda a atenção. Chama-se a atenção para algumas questões que haverá que considerar:

3-A construção do Aeroporto na Ota tem sido relacionada com a *construção de uma linha de TGV* que permita aos passageiros vindos do Norte terem um acesso rápido a ele. Mas não se sabe, ainda, se esta linha (com o custo estimado em 1000 milhões de contos) virá a ser considerada *uma prioridade nacional* nas próximas décadas. Uma coisa é certa: *ainda não foi estudado um traçado viável para um TGV vindo do Norte com passagem pela Ota*. Nem sequer está estudado o acesso à Ota por caminho de ferro com partida de Lisboa. Os acessos rodoviários poderão também ter custos muito elevados.

Não parece, assim, indicado tomarem-se decisões irreversíveis sem uma avaliação cuidada de todos estes pontos, que terão ser assegurados pelo Estado.

4- A saturação do Aeroporto da Portela *pode ser retardada* se dele forem retiradas as oficinas de manutenção e o aeroporto militar. A transferência progressiva destes e de outros serviços para um novo aeroporto parece ser a solução ideal. No caso de se ter optado pelo Rio Frio, por exemplo, com custos financeiros muito reduzidos podia ser construída uma pista e, em seguida, os edifícios das oficinas. *Tal não é possível no caso da Ota* em que as infraestruturas de base têm de ser feitas de uma só vez. *A transferência progressiva* permitiria, ainda, diluir por vários anos os encargos financeiros do Estado português.

5- *Nada indica ter a Ota em termos de segurança condições particularmente favoráveis*, nomeadamente no que diz respeito a fenómenos de turbulência atmosférica. Com ventos do Oeste o aeroporto fica na «sombra» dos picos da Serra de Montejuento. Convinha um conhecimento mais detalhado da meteorologia da zona. Os espanhóis, por exemplo, iniciaram com uma longa antecedência o registo das condições meteorológicas dos locais onde pretendem construir ou o novo aeroporto de Madrid, ou o aeroporto que duplique o actual. No que diz respeito ao *risco de choques* com aves, o estudo em que se baseou a Senhora Ministra do Ambiente para

desaconselhar a localização no Rio Frio, *independentemente das muitas críticas que lhe podem ser feitas, não revelou, visto em detalhe, uma diferença significativa entre o Rio Frio e na Ota*.

6- Há questões estratégicas relacionadas com a localização do novo aeroporto que não terão sido suficientemente estudadas e ponderadas:

a- Um aeroporto na Ota, sendo um aeroporto «ao Norte de Lisboa» mas não «no centro do país», não parece ter influência significativa sobre o desenvolvimento da Região Norte, mas pode quase eliminar os voos internos e diminuir o papel do Aeroporto Sá Carneiro, que deveria ser pensado para captivar passageiros da Galiza.

b- As boas ligações rodoviárias e as futuras ligações ferroviárias à fronteira, permitirão a um aeroporto internacional na margem Sul captivar passageiros da Estremadura espanhola. Na falta deste aeroporto, um futuro aeroporto espanhol em Badajoz poderá captar muitos passageiros do Sul do país.

c- Não foi ainda feito um estudo detalhado sobre o impacto que o aeroporto da Ota pode ter sobre o desenvolvimento da Região Centro e da região Oeste. Convinha que as Comissões de Coordenação Regionais em colaboração com as Universidades se encarregassem deste estudo, fazendo-o, tanto quanto possível, com o máximo de objectividade e sem que a consideração dos interesses regionais lhes faça perder de vista o interesse nacional.

d- Um aeroporto internacional na margem Sul do Tejo é fundamental para, em conjugação com nossos portos de águas profundas, nos permitir criar *um polo de desenvolvimento industrial de verdadeira dimensão europeia*. Em particular, para nos permitir aproveitar as *excepcionais vantagens* que podem resultar do acordo já assinado que fará de Sines um terminal de mercadorias da Ásia vindas de Singapura, onde irradiarão para o Norte da Europa, para o Mediterrâneo e para a costa Leste dos Estados Unidos. *As zonas próximas de Sines ficam a ser as zonas mais indicadas do mundo para montar indústrias que queiram exportar para a Ásia e para estes destinos*. Desperdiçamos numa *larga medida* esta vantagem se construirmos o nosso novo Aeroporto internacional na Ota, a 160 km de Sines.

(Estas notas, publicadas no «Expresso» de 16 de Setembro de 2000, são um apanhado de ideias expostas no decorrer de três encontros sobre a localização do novo Aeroporto de Lisboa promovidos pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pelo Instituto Superior Técnico, em 1998 e 99. Nesta versão foi feita uma numeração dos diferentes pontos para facilitar os comentários críticos.)

ALGARVE

Luís Patrão*

MAIS MEIOS PARA MELHOR SEGURANÇA

Uma primeira palavra ao Algarve e aos algarvios, gente acolhedora e cordata que tem sabido fazer da sua região e das suas belezas naturais um factor de valorização nacional que ao País cabe reconhecer e promover cada vez mais.

O turismo, principal actividade económica da região, é um efectivo motor de desenvolvimento e uma área de investimento em que Portugal dispõe de vantagens comparativas que asseguram a sua competitividade.

Mas um desenvolvimento equilibrado, consistente e contínuo do turismo algarvio tem certos pressupostos que cada um de nós, responsáveis, tem de manter sob acompanhamento permanente, para evitar que problemas pontuais ponham em causa todo o sector.

A nós, Ministério da Administração Interna, convosco, senhores oficiais, subchefes e agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP), cabe-nos zelar pela vertente da segurança pública, na convicção que uma região turística é tanto mais procurada quanto maior tranquilidade e melhores índices de segurança apresenta.

Essa é, pois, a razão do nosso interesse em acompanhar a situação de segurança no Algarve – queremos, como nas outras regiões, garantir uma vida segura e tranquila a todos quantos vivem e trabalham no Algarve; mas queremos também dar aos turistas, aos milhões de turistas que nos procuram, uma imagem real de região e de País de férias em que o crime, por estar contido a níveis controlados, não funciona como factor desmotivador de escolha turística.

Por isso vos digo que o vosso trabalho, nesta região, tem uma importância estratégica ainda mais relevante; por isso vos recomendo que seja também a essa luz que sejam entendidos os vossos deveres e obrigações.

Pela nossa parte, estamos determinados a mostrar por obras o nosso empenhamento nessa visão das coisas. Seriado, por prioridades, esse empenhamento, devo dizer que no próximo ano levaremos a cabo a construção das novas esquadras de Lagos e de Vila Real de Santo António; que continuará a obra das novas instalações da PSP do Aeroporto de Faro e que deverá começar a remodelação do Comando da Polícia de Faro.

Na área da Guarda Nacional Republicana, estamos empenhados em instalar condignamente os destacamentos Territorial e de Trânsito de Tavira, construir novos postos em Lagoa, Armação de Pêra, Aljezur e Vila do Bispo, sediar um posto no Alvor.

Prosseguirá a política de montar estruturas temporárias de Apoio e Acolhimento a Turistas, como as que funcionam durante o Verão em Vilamoura e, permanentemente, em Albufeira. Será intensificada a formação específica



dos agentes e guardas, nomeadamente no domínio de idiomas estrangeiros, e nas técnicas de lidar com turistas vítimas de violência, roubo ou furto, dando-lhes todo o apoio possível.

Cabe aqui uma significativa palavra de agradecimento à Região de Turismo do Algarve e ao seu Presidente, que tomaram a iniciativa de propor uma interessantíssima cooperação com a PSP e a GNR em termos de organização de cursos de línguas estrangeiras para agentes e guardas.

Por outro lado, se as instalações são o espelho de uma organização, e o comportamento e postura dos agentes representa a imagem da própria força de segurança, a verdade é que os seus méritos dependem também de factores logísticos.

Por isso renovámos profundamente a frota de veículos da PSP do Algarve, que só de 1999 para este ano recebeu mais 23 viaturas. Para se perceber melhor o empenhamento do Governo nessa área, diga-se que em 1995 havia 96 viaturas na PSP do Algarve, enquanto hoje há 170. Julgo que os números falam melhor que as palavras.

Por isso aumentámos bastante os meios informáticos à disposição das esquadras e postos, embora nesse domínio ainda queiramos investir mais e fazê-lo com base num programa de informatização de serviços e procedimentos mais do que numa simples lógica de disponibilização de computadores. Idêntico método se aplicará à modernização do sistema de comunicações.

Temos dado toda a atenção ao número de efectivos policiais no Algarve, havendo, hoje, mais de 800 homens e mulheres a trabalhar pela nossa segurança na área da PSP, ou seja, mais 90 do que em 1995 (12.5).

Na área da GNR, a situação é ainda mais representativa - há hoje 870 militares da Guarda no Algarve, quando em 1995 havia menos 171 - o que quer dizer um aumento de quase vinte e cinco por cento.

Além disso, demos expressão significativa ao Programa Verão Seguro, reforçando com centenas de elementos o efectivo das forças de segurança em serviço na região durante o período estival. De destacar, nesse campo a inovação constituída pelo Pelotão Ciclista da GNR que não só contribuiu para a segurança das zonas patrulhadas como melhorou significativamente a imagem de modernidade das forças policiais em geral. No próximo ano, será altura de a PSP lançar idêntico esquema de patrulhamento, que terá, naturalmente, grande aplicação no Algarve.

Em conjunto com o Senhor Governador Civil, em nisso muito se tem empenhado trabalhámos nos programas de policiamento de proximidade como a «Escola Segura», hoje já adoptada pela sociedade portuguesa como um exemplo de sucesso; como o «Comércio Seguro» que deve aproximar a polícia dos comerciantes, compreendendo os riscos que eles enfrentam, facilitando o contacto com as autoridades e aconselhando medidas de autoproteção e segurança passiva; como os programas de apoio à vítima e o combate à violência doméstica que impõem colaboração com outros serviços e departamentos e aconselham especial cuidado e delicadeza; como o «Programa da Caixa dos Símbolos da República», em que fizemos questão que fossem os agentes da autoridade a entregar aos jovens alunos do ensino básico os elementos representativos da nossa República, como a bandeira, o hino e o mapa de Portugal.

Estamos a dar particular atenção a um fenómeno novo para um País de emigrantes – o dos estrangeiros que nos procuram em busca de trabalho e de uma vida digna. Ai, teremos de ser mais firmes e enérgicos com os exploradores sem escrúpulos da miséria e da fraqueza alheia; teremos de aplicar a nova legislação de autorização de permanência no nosso País a estrangeiros com contrato de trabalho; teremos que ser hábeis e imaginativos nas estratégias de integração social a desenvolver; teremos que detectar e combater fenómenos de envolvimento de estrangeiros em actividades criminosas ou ilegais.

Mas há ainda um domínio em que nos temos empenhado muito mas em que tem havido apenas um sucesso parcial – falo da Segurança Rodoviária.

À custa de muita acção pedagógica e informativa, mas também muito à custa do reforço da fiscalização e da punição de infrações, tem sido possível reduzir o número de acidentes nas nossas estradas, apesar do contínuo aumento do parque automóvel em circulação.

Para isso tem contribuído o Programa Tolerância Zero, que o Governo apoia e promove e os automobilistas devem compreender e aceitar. Têm sido salvas dezenas de vida por mês e tem-se evitado

o sofrimento de centenas de potenciais feridos graves, pelo simples facto de o programa existir e funcionar, proporcionando uma concentração de meios de vigilância e de informação aos automobilistas.

Qual de nós teria a falta de senso de lhe pôr termo, mesmo que olhares ocasionais pudessem aparentar um abrandamento da sua eficácia?

Não podemos esperar manter para sempre as taxas de diminuição de sinistralidade que se seguiram à adopção das primeiras medidas. Ai, a situação era catastrófica; hoje já não é tão má. Fecúamos para níveis de sinistralidade inferiores, no geral, aos que se verificavam antes da vigência da «Tolerância Zero».

Para obter mais e melhores resultados, nessas estradas que são efectivamente as mais perigosas do País, temos que investir mais, temos que organizar mais e melhor fiscalização pela GNR e pela PSP, temos, também, que contar com o discernimento dos automobilistas, únicos que podem dar uma resposta decisiva nessa matéria.

Passa-se nisso o mesmo que na protecção dos «rails para os motociclistas» – poderemos proteger todos esses suportes das guias das estradas e auto-estradas - mas continuará a haver acidentes mortais se não houver efectivo cumprimento das regras de trânsito e dos limites da velocidade por parte dos próprios motociclistas.

Ainda nesse capítulo de segurança na estrada, deixem-me que vos diga que concluímos uma auditoria de segurança à N125 – a primeira do país - e esperemos que o respectivo relatório possa ser rapidamente usado como guia pelas entidades responsáveis pela gestão da estrada, melhorando a sinalização e até o traçado da via, para diminuir a hipótese de acidentes. Esperamos que, também em matéria de segurança rodoviária, os turistas que nos procuram encontrem em Portugal uma situação cada vez mais próxima dos níveis médios europeus.

Mas em tudo isto o elemento-chave está nas forças de segurança e nos homens e mulheres que as compõem.

Mais do que o equipamento e as dotações orçamentais, o factor humano é decisivo no desempenho da missão policial. É de vós que depende dar total aplicação prática à divisa do Comando da Polícia de Faro – Serenos e Actuantes.

Por isso vos peço dedicação e empenho; cordialidade e firmeza; segurança na acção e energia na intervenção; recusa da rotina e combate à burocracia.

Por isso vos peço mobilização em torno de uma causa tão digna e relevante como poucas - a segurança dos portugueses.

Intervenção efectuada pelo secretário de Estado da Administração Interna, nas comemorações do 72.º Aniversário do Comando da Polícia de Segurança Pública de Faro, em 31 de Outubro de 2000

ELEIÇÕES

Vital Moreira

«AMERICAN CONFUSION»



Há um ditado americano que reza assim: «God takes care of drunkards, of little children and of the United States» (Deus cuida dos bêbados, das crianças e dos Estados Unidos). Mas, nos dias que correm, na confusão em que se afundou a eleição presidencial, perante a estupefacção do mundo, parece que desta vez nem Deus pode valer aos Estados Unidos.

Não está em causa somente o primitivismo dos mecanismos eleitorais. Não surpreende apenas a diferença substancial entre as duas contagens de votos efectuadas na Florida, que deixa criar as mais fundadas suspeitas sobre a credibilidade dos resultados gerais. Há ainda as denúncias entretanto feitas sobre as mais estranhas irregularidades e queixas de toda a ordem, mais próprias de uma duvidosa democracia terceiro-mundista.

O ridículo da situação ameaça humilhar na opinião pública mundial, sobretudo europeia, a mais antiga e estável, e poderosa, democracia do planeta, que se tem arrogado não poucas vezes como o guardião da lisura e regularidade dos processos eleitorais alheios. Se até o último abencerragem da «democracia» comunista, da vizinha Cuba, se permite gozar com os Estados Unidos, bem se pode dizer que a desgraça bateu à porta dos americanos.

Entretanto, a meu ver, no «suspense» das contagens e recontagens, tem passado relativamente despercebido o principal

aspecto da questão presidencial americana, a saber, a probabilidade de ser eleito Presidente o candidato que não ganhou as eleições. Na verdade, Bush, que continua mais bem colocado para levar a melhor, tem, no cômputo nacional, menos votos do que o candidato democrático, Gore. Esta contradição, que noutras latitudes seria impensável, por incompatível com a mais elementar lógica democrática da eleição popular do Presidente (princípio da maioria), tem a sua origem no arcaísmo do sistema constitucional americano de eleição presidencial.

Na filosofia originária da Constituição, em 1787, a eleição presidencial estava longe de depender do voto dos cidadãos. O Presidente seria eleito por um colégio eleitoral composto por representantes dos Estados da União adrede designados (tantos quanto os respectivos representantes no Congresso federal). Tratava-se de um compromisso entre a eleição popular directa e a eleição pelo Congresso federal.

A eleição do Presidente por um colégio eleitoral, composto por representantes dos Estados, era considerada a solução mais conforme simultaneamente com o princípio federal, sem deixar de lhe conferir uma legitimidade política diferente da do Congresso, e com o princípio da separação de poderes entre o poder executivo e o poder legislativo, que está na base do sistema de governo presidencial (visto que o Presidente é o chefe do governo). Além disso, permitiria

que o Presidente fosse discretamente eleito, de acordo com os méritos dos candidatos, por um colégio de homens independentes, livres do espírito de facção partidária, que tanto assustava os pais fundadores da República americana. A Constituição absteve-se de estabelecer o modo de designação dos representantes no colégio eleitoral, deixando isso para a legislação de cada Estado. Mas era evidente que no pensamento dos «pais da Constituição» não estava a sua eleição directa. Nos primeiros tempos, os membros do colégio eleitoral eram em geral designados pelo parlamentos dos Estados, pelo que a eleição presidencial era duplamente indirecta: primeiro, por ser efectuada por um colégio eleitoral, depois por os membros deste serem designados pelas assembleias estaduais, em vez de serem directamente eleitos.

Não tardou que este esquema constitucional deixasse de ter correspondência na realidade. A crescente adopção da eleição directa dos representantes estaduais, por um lado, e a intervenção partidária na selecção e promoção dos candidatos, por outro, deram à eleição presidencial uma lógica de eleição popular directa, reduzindo o colégio eleitoral a um pró-forma, visto que os seus membros são eleitos à partida politicamente vinculados a um certo candidato. O sistema do colégio eleitoral passou a ser um simples arcaísmo histórico.

Mas é ele que permite a contradição entre o sufrágio popular e a resultado da

eleição, possibilitando a vitória de quem tem menos votos do que o adversário. De facto, a generalidade dos Estados adopta um sistema maioritário de lista nas eleições dos representantes estaduais, pelo que quem ganha a nível do Estado, mesmo que por escassa margem, e por menor que seja a percentagem, tem direito a todos os representantes desse Estado no colégio eleitoral presidencial. Este estranho sistema eleitoral, praticamente inexistente hoje em qualquer democracia, além de infringir os mais elementares princípios da justiça eleitoral, tem dois efeitos devastadores. Primeiro, reduz a competição presidencial aos dois maiores partidos, pois só eles têm possibilidade de ganhar as eleições a nível dos Estados. Nenhum terceiro candidato tem a mínima chance de «furar» este monopólio bipartidário. Em segundo lugar, permite que um candidato com menos votos no sufrágio popular nacional tenha uma maioria no colégio eleitoral, se ganhar maior número de pequenos Estados por ligeira diferença e perder nos grandes Estados por substancial diferença.

Na história americana, há mais de um século que tal não sucedia (a última vez foi em 1888). Entretanto, a convicção de que o Presidente é directamente eleito pelos cidadãos arreigou-se na consciência política americana. Por quanto tempo mais pode subsistir a contradição entre o modelo constitucional e a realidade, bem como o descrédito democrático que isso implica?

In «Público»

PRESIDENCIAIS

Helena Roseta

ELEIÇÕES, SONDAGENS E ADRENALINA



As presidenciais americanas ocuparam nos nossos *media* muito mais espaço e atenção do que as que se vão disputar em Portugal. Bem sei que na aldeia global em que vivemos não se pode ignorar o que se passa nos EUA. E que uma vitória de Bush significará uma alteração radical nas relações políticas e económicas com a Europa, com consequências também para Portugal. É também verdade que a Constituição americana confere ao presidente muito mais poder que a nossa. Mas suspeito que a razão de tanto interesse pelo caso americano é outra: o suspense nas sondagens até ao final aumenta a curiosidade, ingrediente básico da notícia. Por isso, mais do que analisar as repercussões do acto eleitoral lá e cá, o que importa é alimentar a vontade de saber

quem ganha. Como essa adrenalina está ausente das presidenciais portuguesas, cujo resultado todas as sondagens antecipam, o acontecimento perde interesse mediático, mesmo que seja muito relevante para todos nós.

Nem Sampaio nem a Constituição da República Portuguesa são responsáveis pela inexistência, na nossa campanha, de candidatos mais capazes de animar as sondagens. Essa espécie de desistência prévia que consiste em desvalorizar as eleições, só porque lhes falta o «picante» das incertezas, é negativa para a democracia e para os eleitores. A nossa Constituição reserva ao Presidente um papel discreto em tempo normal, é certo. Mas dá-lhe os poderes máximos em tempo de crise: demitir o governo e dissolver o Parlamento. Quando não há maioria no

Parlamento, é estranho que esse aspecto não seja mais debatido. Como se viu pela forma discutível e aleatória que presidiu à aprovação do Orçamento de Estado, a crise política pode ser aberta a todo o momento. Isso significa que o próximo mandato do Presidente, no quadro constitucional, vai ser mais decisivo que o actual. Mais uma razão para que essas funções estejam confinadas a quem possa dar garantia de isenção e equilíbrio no seu desempenho.

Dir-me-ão que Jorge Sampaio tem o apoio do PS. Tal não é um dado novo nem altera aquilo que os portugueses conhecem do Presidente. Ninguém acredita que ele esteja em Belém como suporte do Governo. É demasiado escrupuloso para sequer o admitir. Mas também não se lhe peça para fazer o que as oposições não

conseguem, que é fazer cair este Governo, apesar de não terem alternativas em que os eleitores possam apostar. Seja como for, Ferreira do Amaral, António Abreu e Fernando Rosas também têm apoios partidários conhecidos e nem por isso deixam de se apresentar legitimamente às eleições.

Mas há mais. Se há qualidade que em Sampaio é especialmente visível, é a autenticidade, valor escasso na política, onde a hipocrisia e o cinismo abundam. É também por causa disso que tantos portugueses se declaram dispostos a votar nele. Seria perverso que a probabilidade elevada que tem de ser eleito acabasse por funcionar como desincentivo. Só porque a notícia já está feita, não prescreve o dever de votar.

In «Visão»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Leitura em Albufeira

O livro «Pintura=Poesia – Nas Rotas do Sul I», de Manuel Ribeiro, será apresentado ao público, amanhã, às 21 horas, no Auditório Municipal. No sábado, dia 18, assista, pelas 21 e 30, no mesmo auditório, ao espectáculo musical «Canções da nossa memória», com Isabel e Luiz Duarte.

Pintura em Amarante

O Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso inaugura, este sábado, pelas 16 e 30, na Sala de Exposições Temporárias, uma mostra de pintura de Ana Pimentel, intitulada «De Corpo Inteiro». A exposição estará patente, até 14 de Janeiro de 2001, e poderá ser visitada diariamente entre as 9 e as 12 horas ou das 14 às 17 horas, excepto segundas-feiras e feriados. A peça «Mulheres de Atenas» será levada à cena, no domingo, dia 19, pelas 15 e 30, no Centro Cultural de Bustelo, pelo Ofita – Oficina de Teatro de Amarante.

Cordas em Coimbra

Hoje, às 16 horas, na Casa Municipal da Cultura, haverá uma sessão pedagógica sobre instrumentos de corda (violino, viola e violoncelo), com comentários do maestro José Atalaya. Também hoje, às 21 e 30, a Igreja do Museu Nacional Machado de Castro será palco de um concerto de violino (David Lloyd), viola (Jorge Alves) e violoncelo (Jed Barahal). Amanhã, às 18 horas, Luís Serrano apresenta, na Casa da Cultura, o livro «Contos do Amanhecer», da autoria de Manuel Dias da Silva. «Como ouvir o jazz» é o título da conferência que, na próxima quarta-feira, dia 22, pelas 18 e 30, decorrerá, no mesmo local, com a participação de Manuel Jorge Veloso. Ainda no mesmo dia, hora e local assista ao lançamento da obra assinada por Luz Videira – «Mar Vivo».

Concerto em Fafe

A Academia de Música José Atalaya e a autarquia fafense realizam, amanhã, dia 17, mais um concerto do ciclo «Música em Diálogo», com o título «Piazzollando», em homenagem ao revolucionário do tango, Astor Piazzolla. O espectáculo decorre, a partir das 21 e 30, no Estúdio Fênix, e tem a intervenção dos instrumentistas Paula Margarida (violino), Paulo Belchior (piano). O conceituado pintor Orlando Pompeu expõe os seus trabalhos – «Tentações literárias» –, na Galeria Municipal, até ao fim deste mês.

Ópera em Faro

O Conservatório Regional de Música do Algarve acolhe, nos dias 20 e 21, a ópera «Don Giovanni», de Mozart, pela Orquestra Filarmónica de Pieven (Hungria). O espectáculo, integrado no programa regular da temporada de Inverno de ópera do conservatório, conta ainda com a participação dos coros da orquestra húngara. Com direcção musical dos maestros Ivo Cruz e Chris Nance, a ópera tem *libreto* de Lorenzo Da Ponte, em versão original italiana.

Jazz em Guimarães

O Nelson Cascais Quinteto actua, hoje, pelas 24 horas, no Ultimatum Café Jazz Café. Também hoje, às 11 e às 15 horas, haverá um *workshop* de percussão com Cyro Baptista, na Academia de Música Valentim Moreira de Sá. Os concertos pedagógicos da Orquestra do Norte decorrem, terça-feira, dia 21 e quarta, dia 22, no Auditório da Universidade do Minho, às 9 e 30, 10 e 30, 14 e 30 e 16 horas.

Blues em Lisboa

«Snatch – Porcos e Diamantes», de Guy Ritchie; «entre as Pernas», de Manuel Gómez Pereira; e «Palavra e Utopia», de Manoel de Oliveira, são as estreias cinematográficas programadas para amanhã. Mais um baile da Orquestra Livre acontecerá, no sábado, dia 18, entre as 16 e as 19 horas, na Tenda do Centro Cultural de Belém (CCB). O Grande Auditório do Centro Cultural de Belém acolhe, também no sábado, a partir das 21 e 30, a voz, a guitarra, o violino e a harmónica de Clarence «Gatemouth» Brown, o texano geralmente conhecido pelo *bluesman*.

Teatro na Lousã

Nas salas de cinema locais poderá ver, a partir de amanhã, o novo filme de Robert Zemeckis, «A Verdade Escondida». Este sábado, dia 18, vá até ao salão da Casa do Povo de Foz de Arouce e assista ao espectáculo teatral «A Estalajadeira». No átrio da Biblioteca Municipal encontra-se patente ao público, até ao dia 30, uma exposição intitulada «Trabalhos de Toño».

Exposição em Macedo de Cavaleiros

«Produtos Tropicais» é o título da mostra do Instituto de Promoção Ambiental que estará patente, no átrio das Piscinas Municipais, até ao fim do mês, todos os dias úteis, entre as 10 horas e as 12 e 30 e das 14 às 18 horas.

Colóquio no Montijo

Realiza-se, no Auditório da Galeria Municipal, este sábado, às 14 horas, um colóquio subordinado ao tema «Treino de Jovens: Problemas e Soluções».

Cerâmicas em Odemira

A notável ceramista Elsa Gonçalves expõe, até ao dia 15 de Dezembro, os seus trabalhos, na Galeria de Arte da autarquia local. A artista apresenta nesta mostra cerca de 20 peças em cerâmica, com a aplicação e mistura de vários materiais e técnicas de modelagem e decoração.

Peças em Ovar

O salão paroquial ovarense será palco, no sábado, dia 18, a partir das 16 horas, da peça teatral «Cavalo de Pau», de Manuel Ramos Costa, numa interpretação a cargo da oficina de teatro Contacto. No mesmo dia, às 21 e 45, a companhia teatral independente de Paranhos Tipar leva à cena, no Cine-Teatro «Milena de Praga», de José Jorge Letria.

Artes no Porto

O Museu de Arte Contemporânea de Serralves tem patente a exposição da colecção do Banco Privado Português (BPP), que reúne obras de artistas nacionais de diversas gerações. A exibição, que reúne 17 obras, estará patente ao público até 22 de Janeiro de 2001. A Companhia das Artes alberga uma exposição colectiva de obras de mais de duas dezenas de artistas como o Cargaleiro, Artur Bual, Júlio Resende ou Margarida Santos. A mostra, intitulada «Natal com Arte», pretende tornar-se num espaço alternativo para se comprarem as tradicionais prendas de Natal. Ao todo, são mais de 30 peças de arte, entre pintura, escultura, cerâmica e obras gráficas, que vão estar expostas ao público até ao dia 30 de Dezembro.

Design em Sintra

Amanhã, sexta-feira, pelas 21 horas, a Galeria Municipal de Fiteares inaugura uma exposição de *design* de joalheria contemporânea de Nelson Gabriel Ribeiro, no primeiro piso, e uma mostra do Grupo de escultura 1.05, constituído por Daniel Oliveira, Patrícia Bilé, José Viriato e Olga Neves, no segundo andar. Ficando patentes ao público até ao dia 10 de Dezembro, as exposições poderão ser visitadas e quarta-feira a domingo, entre as 16 e as 22 horas.

SUGESTÃO

Braindance / A+B=X

Corpos alterados, corpos inanimados, corpos manipulados. «Braindance» é uma viagem ao centro do corpo, em busca do tempo, num sentido em que a morte está sempre presente. É esta a sugestão apresenta por Gilles Jobin, um coreógrafo suíço que vive e trabalha em Londres há três anos e que ficou famoso pelo seu trabalho radical sobre o corpo, trabalho esse que poderemos ficar a conhecer no domingo, às 21 e 30, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém. Tal como «Braindance», «A+B=X» é um espectáculo situado entre a coreografia e a performance sobre o corpo humano. Através da dança e munido de filmes super 8 do famoso artista do corpo Franko B., além da música da banda de culto The Young Gods e da «escultura ao vivo» do corpo nu, Gilles Jobin cria um universo *sui generis*. A dança «A+B=X» poderá ser apreciada no mesmo local e horário de «Braindance», na segunda-feira, dia 20.



POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Quadras da minha vida

Os ecos nos meus sentidos
Dos meus afectos doentes
São mais longos, mais compridos
Do que rastos de serpentes.

Nasci profundo e pegado
A turbilhões de aflição:
Na cara trago estampado
O meu perfil de obsessão.

Não creio que possa amar
Nem neste mundo ter geito
De me encostar a outro leito
Sem desatar a chorar.

Enterro os dias e os ais,
Sou uma pilheira de mortos,
Não tenho espaço pra mais!
Que se comam uns aos outros...

Mário Saa



VIANA, A FISCALIDADE E O ORÇAMENTO

1. O distrito de Viana do Castelo foi já nesta legislatura objecto de um projecto do PSD (PL n.º 97/VIII) o qual mereceu um relatório oportunamente aprovado pela Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano. O Projecto de Lei propunha nomeadamente uma especial linha de crédito bonificado, para «instalar PME's», «taxação diferenciada em IRC», «regime especial de amortizações», «isenção temporária do pagamento das contribuições à Segurança Social na criação líquida de postos de trabalho» e «isenção de pagamento de Sisa para a faixa etária de cidadãos entre 18 e 35 anos».

2. Sobre esse projecto, a deputada socialista Luísa Vasconcelos, elaborou um relatório referindo nomeadamente que «o projecto de lei em causa consubstancia a opção por medida de discriminação positiva no combate ao fenómeno da desertificação humana e estrutural... neste

caso estritamente dirigida ao distrito de Viana do Castelo». E sublinho eu, os deputados do PSD só apresentaram um projecto deste tipo, nesta legislatura, para o distrito de Viana do Castelo.

3. Com o objectivo de assumir e evidenciar uma política socialista de apoio social das famílias e cidadãos mais carenciados, em especial dos cidadãos portadores de deficiência, os deputados do PS propuseram manter no grau de incapacidade igual ou superior a 65 por cento os benefícios previstos no Código do IRS para as pessoas portadoras de deficiência e ainda majorar em 15 por cento os benefícios previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais, no que concerne às pessoas portadoras de grande deficiência.

4. As alterações que o PS propõe no Orçamento de Estado quanto ao Imposto Automóvel, quer por via do Governo quer pela actuação do Grupo Parlamentar destinam-se a alterar significativamente a

actual estrutura do Imposto Automóvel, nalguns aspectos, devendo num prazo breve, propor-se a sua completa reformulação.

Entretanto e desde já, a modificação da tributação sobre os jeeps e outras viatura de usos não comercial ou empresarial, que gozam actualmente de significativas reduções de Imposto Automóvel deverá vir a ser aprovada.

5. Parece fundamental entender-se o papel do Grupo Parlamentar em aperfeiçoar, em diálogo com o Governo, as propostas orçamentadas. Como parece importante entender-se que este Orçamento para 2001 garante o equilíbrio financeiro, aumenta o investimento público, combate o desemprego, consolida os gastos nas áreas da Saúde, da Educação e da Solidariedade Social e garante o crescimento económico. Também por isso, é necessário defendê-lo com convicção.

«A União Soviética privilegiou a igualdade e matou a liberdade. O Ocidente privilegia as liberdades, mas sacrifica, de algum modo, a igualdade. Entre nós a liberdade individual coabita com desigualdades chocantes»

Almeida Santos
Visão, 9 de Novembro

«As políticas sociais cubanas podiam ser um modelo para o Ocidente. Não as económicas, ou o sistema político em si»

Idem, ibidem

«Se há qualidade que em Sampaio é especialmente visível, é a autenticidade, valor escasso na política, onde a hipocrisia e o cinismo abundam»


Helena Roseta
Visão, 9 de Novembro

«"Bridge over troubled water" será a minha canção mais popular – foi tocada em casamentos e agora é tocada nos funerais das mesmas pessoas»

Paul Simon
Público, 10 de Novembro

«O "Big Brother" é prova de resistência psicológica, que apela aos piores sentimentos de quem vê e de quem participa»

Edite Estrela
Expresso, 11 de Novembro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

